

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LEANDRO JOSÉ TEIXEIRA BARROS

**“NOVO DESENVOLVIMENTISMO” E O DESENVOLVIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO:** expressões nas políticas de apoio à exportação de bens
primários de 2003 a 2016 no Brasil

São LUIS
2019

LEANDRO JOSÉ TEIXEIRA BARROS

**“NOVO DESENVOLVIMENTISMO” E O DESENVOLVIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO: expressões nas políticas de apoio à exportação de bens
primários de 2003 a 2016 no Brasil**

Monografia submetida à banca examinadora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador Prof. Dr. Welbson, do Vale Madeira

São Luís

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Barros, Leandro José Teixeira.

"Novo desenvolvimentismo" e o desenvolvimento do subdesenvolvimento : expressões nas políticas de apoio à exportação de bens primários de 2003 a 2016 / Leandro José Teixeira Barros. - 2019.

78 f.

Orientador(a): Welbson do Vale Madeira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2019.

1. Dependência. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Economia Brasileira. 4. Subdesenvolvimento. I. Madeira, Welbson do Vale. II. Título.

LEANDRO JOSÉ TEIXEIRA BARROS

**“NOVO DESENVOLVIMENTISMO” E O DESENVOLVIMENTO DO
SUBDESENVOLVIMENTO: expressões nas políticas de apoio à exportação de bens
primários de 2003 a 2016 no Brasil**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado (a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

1º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

2º Avaliador Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha família, por toda a compreensão nos momentos em que estive apreensivo para a conclusão deste trabalho. Em especial a minha Mãe Dilma Rocha, pelo apoio dado incondicionalmente em momentos difíceis. Ao meu Pai Raimundo Nonato que tanto me instruiu pela busca ao conhecimento.

Em especial à minha esposa, Silvana Regina Silva Barros pelo apoio dado à produção deste trabalho, pela atenção e compreensão.

A todos meus amigos da graduação que de alguma forma ajudaram no debate ao longo desta etapa e na resolução de seus problemas. Em especial, Helton da Costa, Thiago Muniz, Roberto Brito e Symon Sirano.

Às minhas amigas Jéssica Fonseca, Ana Paula, Franciele dos Anjos e Thatiana Borba, pelo afeto e carinho durante o curso.

Aos meus Professores do Departamento de economia –Decon.

Em especial, ao Prof. Me Saulo Pinto Silva- pela paciência em proporcionar o aprendizado necessário às nossas reflexões críticas. O Prof Dr Alexandro Sousa Brito pelo aprendizado proporcionado pelas disciplinas ministradas e pelas dicas importantes dadas à consecução do projeto de monografia. A Prof^a Dr^a Danielle de Queiroz que nos proporcionou um direcionamento na fase final do curso.

Por fim, não menos especial, ao meu orientador, Prof Dr Welbson do Vale Madeira, no qual pacientemente me instruiu nessa empreitada. Além do incentivo dado para seguir trilhando em direção ao mestrado acadêmico e da pesquisa.

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar o período que compreende o governo do partido dos trabalhadores de 2003 a 2016, e suas expressões nas políticas que culminaram num maior aprofundamento do modelo exportador de bens primários e também seu maior grau de vulnerabilidade externa, tendo em vista esta especialização. Para isso, deve-se situar o leitor, com os principais aspectos que foram debatidos pelos “primeiros” teóricos que trataram acerca das noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento, além disso, levando esse debate em consideração, busca-se entender o processo de dependência na história econômica brasileira principalmente nas fases desenvolvimentistas e posteriormente neoliberal e sua continuidades na pretensa fase “novo-desenvolvimentista”.

Palavras-chaves: Dependência, Desenvolvimento, Economia Brasileira Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of this text is to analyze the period that includes the government of the workers' party from 2003 to 2016, and the reflections of the political expressions that culminated in a deepening of the export model of primary goods and also their greater degree of external vulnerability, with a view to this specialization. For this, the reader should be placed, with the main aspects that were debated by the "first" theorists who approached the notions of development and underdevelopment. In addition, considering this debate, we seek to understand the process of dependence in Brazilian economic history mainly in the developmental and later neoliberal phases and its continuity in the so-called "new-developmental" phase.

Key-words: Dependência, Desenvolvimento, Economia Brasileira, Subdesenvolvimento

LISTA DE SIGLAS

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BIRF	Banco Internacional para Reconstrução e Fomento
CEPAEO	Comissão Mista para África e Oriente
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPE	Comissão Econômica para Europa
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMBEU	Comissão Mista Brasil – Estados Unidos
CNG	Conselho Nacional do Gasogênio
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PIN	Programa de Integração Nacional
FED	Federal Reserve System
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IED	Investimento Externo Direto
PIB	Produto Interno Bruto
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1	Estrutura do PIB Chinês (1952-2006).....	57
TABELA 2	Valor adicionado do PIB e coeficiente de importação (2003-2016).....	63
GRÁFICO 1	Composição da pauta exportadora por fator agregado (2003-2016).....	61
GRÁFICO 2	Composição da pauta exportadora por intensidade tecnológica (2003-2016).....	62
GRÁFICO 3	Taxa de cambio uss/r\$.....	67
GRÁFICO 4	Relação das reservas internacionais e saldo em transações correntes (1999 -2016).....	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DETERMINANTES DO SUBDESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA DEPENDÊNCIA.....	13
2.1 Primórdios das teorias do desenvolvimento	14
2.2 Antecedentes históricos e o pensamento dependentista na América Latina.....	21
2.3 Desenvolvimento do subdesenvolvimento na Teoria da Dependência.....	27
3. BRASIL: DO “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO” ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	31
3.1 A dependência na fase nacional-desenvolvimentista.....	31
3.2 Neoliberalismo e dependência no Brasil.....	45
4. “NOVO DESENVOLVIMENTISMO” E DEPENDÊNCIA: EXPRESSÕES NAS POLÍTICAS DE APOIO À EXPORTAÇÃO DE BENS PRIMÁRIOS DE 2003 A 2016.....	54
4.1 Transformações na economia chinesa e aumento na demanda por bens primários.....	55
4.2 Continuidades das políticas neoliberais e dependência no “novo desenvolvimentismo”.....	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende construir uma análise acerca do processo de dependência econômica brasileira, tendo em vista sua inserção no comércio internacional. Este tema surgiu da intenção preliminar de compreender como ao longo da história econômica brasileira houve um maior aprofundamento da especialização nos bens primários vis-à-vis a um possível processo de desindustrialização. Além disso, discute-se o processo de subdesenvolvimento como resultado do menor dinamismo econômico.

No entanto, para entendimento do subdesenvolvimento enquanto fenômeno estrutural, embora se faça um resgate da história econômica brasileira, a principal ideia é debater a continuidade das expressões das políticas econômicas que reforçaram apoio às exportações de bens primários. Visto que, estas foram em larga medida na maior parte da história, uma das principais fontes de receitas da balança comercial. O período estudado compreende o Governo Petista (2003-2016), até então tido como “novo-desenvolvimentista”, em que se esperavam supostas mudanças em direção às políticas industriais endógenas e menos dependentista da produção e da renda externa.

Duas foram as motivações para a escrita deste trabalho, a primeira partiu da necessidade de construir uma contribuição para o entendimento da economia brasileira e seu padrão de acumulação. A segunda surgiu do diálogo com as disciplinas de formação econômica brasileira, economia internacional e desenvolvimento socioeconômico.

A disciplina de Desenvolvimento Socioeconômico foi crucial para o desfecho deste trabalho, pois a partir do contato com as teorias apresentadas, principalmente o estruturalismo dualista e as teses dependentista levou-me ao questionamento acerca da dinâmica econômica brasileira. No entanto, debate-se também com a literatura neoclássica na tentativa de expor as ideias principais, que se basearam na estrutura de desenvolvimento dos países centrais para explicar os problemas dos países subdesenvolvidos.

Dessa forma, a estrutura desse trabalho além de apresentar o caso da especificidade da economia brasileira, salienta características do problema do subdesenvolvimento que aflige boa parte das economias latino americanas, e que

continua a se manifestar em países que são considerados pela mídia e pelo *mainstream* econômico como “emergentes”.

Na primeira parte deste trabalho apresenta-se, com base nos primórdios da “teoria do desenvolvimento”, a escola cepalina e as abordagens da dependência, os principais problemas inerentes do subdesenvolvimentismo desses países da América Latina que os impediam de ter maior independência econômica. Na segunda parte, apresenta-se especificamente uma análise histórica da dependência econômica brasileira desde o “nacional-desenvolvimentismo” até o neoliberalismo. Por fim, levando em consideração as continuidades neoliberais, traça-se um panorama de continuidade do modelo dependentista da econômica brasileira, levando em consideração a adequação da economia brasileira com um novo ciclo da economia mundial.

2. DETERMINANTES DO SUBDESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA DEPENDÊNCIA.

Este capítulo, tem como finalidade identificar alguns dos precedentes teóricos que fundamentaram as teorias do desenvolvimento e as referências fundamentais da dependência, com ênfase nas concepções dos autores mais ligados ao pensamento marxista. Desta forma, apresenta-se um balanço das principais teses difundidas no centro capitalista e que influenciaram o pensamento desenvolvimentista das correntes que contribuíram para a discussão do problema do subdesenvolvimento nos países da América Latina.

Para entendermos os determinantes do subdesenvolvimento, torna-se necessário, apreender as influências que delinearam as escolas de pensamento que se preocuparam em discutir as causas e as consequências do subdesenvolvimento nos países latino americanos.

Sendo assim, o capítulo se subdivide em três tópicos. No primeiro, desenvolve-se um apanhado das teorias que foram desenvolvidas nas economias centrais, mas que debatiam acerca do subdesenvolvimento, e que tiveram forte influência na condução de políticas desenvolvimentistas. No segundo, faz-se um balanço dos antecedentes históricos que alicerçaram o debate desenvolvimentista, apresentando a Escola Cepalina e as teorias que nortearam suas políticas para tratar do problema do subdesenvolvimento na América Latina. E no terceiro, analisa-se a Teoria da Dependência e sua contribuição para entender as contradições de um subdesenvolvimento como produto do próprio modo de produção capitalista. Ou seja, a medida que se dava o desenvolvimento capitalista no mundo, as economias periféricas, tornavam-se ainda mais dependentes das economias centrais, mesmo que em alguma medida se industrializassem.

Embora, o capítulo trate dos antecedentes da Teoria do Desenvolvimentismo no mundo e da Escola Cepalina na América Latina, cabe ressaltar que, nesse trabalho, adota-se as abordagens da dependência como aprofundamento crítico e como alternativa ao modelo estruturalista de centro-periferia.

2.1 – Primórdios das teorias do desenvolvimento

A âncora principal de sustentação das economias periféricas, até a década de 1950 – América Latina e Ásia – era a exportação de produtos primários e semimanufaturados, embora estes últimos compunham basicamente a pauta de exportação dos países asiáticos. (MEDEIROS, 2013)

No entanto, essa base econômica que fundamentava o comércio externo e interno dos países subdesenvolvidos, começou a ter problemas para alavancar o desenvolvimento de determinadas regiões, ou o que os neoclássicos (ROSTOW, 1974; SOLOW, 1956) chamavam de crescimento autossustentado.

Para os teóricos neoclássicos (ROSTOW, 1974; SOLOW, 1956) o crescimento no longo prazo que levaria ao desenvolvimento espontâneo das nações, e o que deveria ser considerado eram os fatores de produção e a otimização dos custos de produção; estes se ajustariam de acordo com a oferta de mão de obra, terra e capital, e que seriam remunerados de acordo com sua produtividade marginal. Sob essa ótica, o subdesenvolvimento seria um problema essencialmente de reajuste interno das economias, ou seja, de realocação eficiente desses recursos. Além disso, um dos principais aspectos que deveria se levar em consideração na teoria neoclássica para o intercâmbio econômico entre os países, foi a teoria das vantagens comparativas, fundamentalmente inspirados pelo modelo ricardiano, mas que passou a levar em consideração a dotação relativas dos fatores de produção dos países. (GONÇALVES, 1997)

Cabe salientar, que havia de um lado a visão neoclássica, que se baseava no crescimento, e da plena capacidade dos fatores de produção se reajustarem, desde que houvesse o livre comércio entre os países, e o desenvolvimentismo, com influência direta do estado nos setores estratégicos da economia. Essas duas influências foram diretamente transportadas para as economias subdesenvolvidas, que influenciaram a implantação de políticas em diversos setores da economia, já que nos países desenvolvidos, teriam tido algum êxito. Muito embora não fossem suficientes para responder às causas que davam continuidade ao subdesenvolvimento dos países periféricos.

Uma síntese das teorias que influenciaram a teoria do desenvolvimento pós década de 1950, se faz necessária entendermos as diversas vertentes que influenciaram a teorias do desenvolvimento que tiveram forte influência nos debates

acerca dos dilemas econômicos enfrentados pelos países subdesenvolvidos, principalmente os da América Latina.

Alguns autores, influenciados pelos teóricos clássicos, deram f ao debate do desenvolvimento, fortalecendo certos pontos tratados por alguns como cruciais para sair do subdesenvolvimento, ou atingir o estágio de industrialização avançada e, com isso, podendo resolver as contradições que levavam aos problemas inerentes ao que se acreditavam ser do subdesenvolvimento.

Dentre eles, Lewis (1969) em seu artigo “desenvolvimento econômico e oferta de mão de obra ilimitada”, fez uma análise da conjugação entre oferta de trabalho, capital e terra. De início, fala que tanto a análise keynesiana, quanto a neoclássica, pressupunham oferta limitada dos fatores de produção, e que, portanto, para sua análise de modelo de desenvolvimento, não se sustentaria sob essa ótica. De início ele fala, como modelo hipotético, numa economia fechada, tendo os clássicos e mais precisamente Adam Smith (1985, p.77), como influenciadores de sua tese.

Acerca da oferta ilimitada de mão de obra, Lewis (1969, p. 8) analisa um sistema dual entre um setor capitalista e um setor de subsistência, o que em parte influenciou a Escola Cepalina. O desenvolvimento no seu modelo, a priori, seria aplicado mediante a plena utilização da mão de obra a salários de subsistência, que como bem visto em seu artigo é base para determinação salarial nos clássicos. E no setor capitalista, este salário era a base (mínimo) das relações o que determina os salários reais e que, portanto, caso a oferta de mão de obra ilimitada tivesse algum obstáculo para sua continuidade, os salários tenderiam a aumentar em alguma medida, mesmo que houvesse algum aumento de produtividade.

Além disso Lewis (1969, p.28), destaca a formação de poupança dos industriais, como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico. O que só se consegue, de acordo com sua análise com o reinvestimento dos lucros dos capitais na economia, como forma de propagação do desenvolvimento.

Utilizando o modelo de economia aberta, como sendo mais real, onde uma oferta de mão-de-obra a salários de subsistência ao se escassear, em um determinado momento, acabaria ocasionando um impedimento para o desenvolvimento. No entanto, numa economia real, a reversão deste problema poderia se dar de duas maneiras, ou pela imigração ou pela exportação de capital. No que tange a questão da imigração, Lewis (1969, p.34), supôs ser de altos custos não

vantajosos. No caso de países de industrialização avançada, os altos salários seriam mais rígidos, devido a concentração de capital, para fazer baixar precisaria de imigrações em massa. Uma saída, seria exportar o capital para os países que tem mão de obra ilimitada, ainda que temporária.

Enfim, a tese principal de Lewis (1969, p.16) foi perceber na poupança nacional uma porcentagem dos lucros dos industriais no rendimento nacional como principal fator para o desenvolvimento. E isto, só se tornaria possível ampliar, mediante a manutenção constante dos salários no nível da subsistência. Assim:

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade, que anteriormente, não poupava nem investia mais que 4 ou 5 por cento da sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em: que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% do rendimento nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). (LEWIS, 1969, p.16)

Ragnar Nurkse (1951) em seu artigo – “Problemas de formação de capitais em países subdesenvolvidos” - elenca do ponto de vista neoclássico, duas condições que mantinham os países subdesenvolvidos: as dimensões do mercado e o incentivo à inversão e o problema do mercado. Sua tese era a de que os países mantinham suas condições de subdesenvolvidos devido à baixa capacidade de absorção da formação de capital, este último, mantinha uma relação desproporcional em relação à população e os recursos naturais. “A essência do progresso, então, é o desvio de uma parte dos recursos da sociedade correntemente disponíveis para o fim de aumentar o estoque de bens de produção, de modo a tornar possível uma expansão da produção de bens consumíveis no futuro”. (NURKSE, 1951, p.12). Portanto, o problema do subdesenvolvimento, seria a priori, um problema de baixa formação de capital. Ademais, Nurkse (1951, p 14). Afirmou que a formação de capital está diretamente ligada ao pouco incentivo dado ao investimento em capital.

Esse problema estaria no incentivo ao capitalista individual, tal qual, se apresenta como inovador. “Mas, existe igualmente um problema no lado da procura. Há uma certa dificuldade que tende a manter baixo o estímulo para instalar capital na produção para o mercado interno dos países subdesenvolvidos” (NURKSE, 1951, p.14). Segundo este autor, o que dificulta ainda mais o empreendimento de indústrias, com elevada capacidade e progresso tecnológico, dentro dos países subdesenvolvidos estaria no fato da impossibilidade de procura, pois o mercado

interno é restrito. Nesse sentido, aproxima-se de Adam Smith (1985, p.77), ao afirmar que em parte a extensão do mercado é um dos fatores que inibem o desenvolvimento dos países. Pois:

Na economia de mercado do mundo real, não é difícil encontrar exemplos que ilustrem o modo pelo qual o pequeno tamanho do mercado de um país pode desencorajar, e até impossibilitar, o emprego proveitoso de equipamento moderno, por qualquer empresário individual em qualquer indústria particular. (NURKSE, 1951, p.15)

Dessa forma, Nurkse (1951) identifica como sendo a produtividade, a força motriz determinante do tamanho do mercado. “Numa economia, como um todo, o fluxo de bens e serviços- produzidos e consumidos não é uma grandeza fixa. Para uma população dada, a produção total depende da capacidade de produção *per capita*; isto é, da produtividade” (NURKSE, 1951, p.17).

Ou seja, o autor afirma nesse sentido, que para se ter desenvolvimento tem que haver uma relação recíproca entre o tamanho do mercado e o incentivo a investir que pode ser explicado da forma como fora exposto por Nurkse (1951, p.18):

O incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, à qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado- e, assim, o círculo está completo.

Isto posto, estaria explicado o que Ragnar Nurkse chama de círculo vicioso de estagnação econômica. O desenvolvimento não se dá, por conta do desencorajamento da aplicação de capitais devido a pequena absorção da produção da população que é em decorrência da pequena quantidade de capital aplicado. Além disso, sua teoria do desenvolvimento tem uma aplicação não muito diversa da ideia desenvolvida por Schumpeter (1984), como uma das soluções para a estagnação econômica. O progresso econômico deve ser implementado pelo “empresário” inovador.

A teoria de SCHUMPETER parece-me oferecer o molde que devemos usar, embora o preenchamos com ingredientes ligeiramente diferentes. Como se sabe, atribui um papel central ao "Entrepreneur" criador, ou antes, à ação de considerável número de tais "entrepreneurs", e seus imitadores aparecendo em ondas, propagando inovações, pondo em prática novas combinações de fatores produtivos e frequentemente lançando mercadorias inteiramente novas. (NURKSE, 1951, p.19)

Embora Nurkse (1951) afirme que esse estopim desenvolvimentista possa partir do “empreendedor” individual, também afirma que em sociedades onde isso não é possível, como nas economias periféricas, o Estado pode empreender políticas deliberadamente organizadas por empreendimento coletivo. Portanto, “se as forças do progresso econômico devem ser organizadas pela iniciativa privada ou pelo Estado, é essencialmente uma questão de método” (Nurkse, 1951, p.22)

Outra influência importante dentro do pensamento neoclássico é a contribuição de Rostow (1974), que alicerça suas ideias como sendo uma teoria dinâmica da produção. Esta teoria leva em consideração que o desenvolvimento econômico, não surge do caráter estático da distribuição de renda entre consumo, poupança investimento e o equilíbrio entre a produção tanto de bens de consumo e os bens de produção, mas a partir do crescimento de setores particulares da economia. Dessa forma para Rostow (1974, p.28) “é possível isolar empiricamente certos setores líderes, nos estágios iniciais de sua evolução, cujo rápido ritmo de expansão exerce papel essencial, direto e indireto, na manutenção do ímpeto global da economia. ”

Entretanto, partindo de uma ideia mais conservadora, destaca com certa generalização, o caráter do desenvolvimento econômico por estágios. Segundo Rostow (1974) seriam cinco etapas: sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco ou *take-off*, marcha para a maturidade e era do consumo de massas.

Nesse sentido, de acordo com Rostow (1974), as sociedades sairiam das condições agrárias com mercados limitados à essas produções, onde as atividades eram eminentemente baseadas na propriedade da terra, tecnologia rudimentar e baixa produtividade. As condições para o arranco, é a fase de transição, onde as sociedades apresentariam atitudes mais racionais em relação ao controle e exploração dos recursos naturais, há nesse sentido uma mudança do eixo de produção para as manufaturas, o surgimento e consolidação dos estados nacionais.

A etapa do arranco é a fase em que as primeiras indústrias revolucionam, era do capital industrial com o fortalecimento dos bancos. Os investimentos são importantes nessa fase para seguir para a nova etapa, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias. A marcha para a maturidade compreende a fase em que a tecnologia é expandida para o conjunto da produção na economia. A fase em que as antigas indústrias se estabeleceram e outras surgiram envolvendo novos processos,

como a química e a eletricidade. “Esta foi, por exemplo, a transição que a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos haviam passado no fim do século XIX ou pouco depois disso” (ROSTOW, 1974, p.22). A fase do consumo em massa seria o processo de desenvolvimento dos países atingido pelos países, em que o nível de desenvolvimento exercido por setores líderes da economia teria se transferido para a produção bens de consumo duráveis e serviços. Alia-se a isso, a elevação nível de renda real *per capita* fazendo com que as pessoas possam consumir além de suas necessidades mínimas em alimentação, vestuário e habitação. Além disso, a partir desse estágio cria-se condições para o aparato do estado de bem-estar social.

No entanto, o caráter meramente generalista da teoria de Rostow (1974) não explica como as economias subdesenvolvidas poderiam sair das condições periféricas a que estavam relegadas na economia mundial.

Um outro autor, que influenciou o debate sobre o desenvolvimento, focando-se principalmente nas economias subdesenvolvidas foi Albert O. Hirschman, suas teorias exerceram forte diálogo com as correntes de pensamento tipicamente latino-americanas, como o estruturalismo cepalino e a teoria da dependência que tentaram responder os aspectos que tornava deficiente o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas. (BIANCHI, 2013, p.1)

A tese principal de Albert O. Hirschman, para o entender os problemas inerentes ao subdesenvolvimento das economias subdesenvolvidas, era a do desenvolvimento desequilibrado, onde as regiões se desenvolveriam a partir de políticas que influenciasse uma cadeia de desequilíbrios. Assim, sua a sua ideia principal é que o encadeamento, mediado por determinado ramo industrial, poderia propagar o desenvolvimento de determinadas regiões. Não era preciso, nesse sentido, que o processo de industrialização ocorresse simultaneamente em vários mercados. Nesse sentido;

Hirschman defendia que a principal fonte de desenvolvimento proviria de atividades com alto potencial de gerar encadeamentos (linkages, no original inglês), principalmente encadeamentos para trás (backward linkages), que enviariam estímulos para setores produtores dos insumos requeridos pela atividade, fossem eles de natureza industrial ou não. Complementarmente, encadeamentos para a frente (forward linkages) induziriam o estabelecimento de novas atividades capazes de utilizar o produto da atividade proposta. Assim, a expansão da indústria A geraria a economias externas, criando uma demanda não atendida que poderia ser apropriada por B, ao mesmo tempo em que a subsequente expansão de B promoveria economias externas que poderiam ser internalizadas por A (ou por C), e assim por diante. (HIRSCHMAN, 1958, p. 67, apud BIANCHI, 2013, p.10)

Outra teoria alternativa ao modelo neoclássico de desenvolvimento é a teoria dos polos de crescimento. Para Perroux (1960;1977 apud MADEIRA, 2015, p.54) o crescimento das economias no capitalismo não se dava uniformemente nas regiões, era irregular e concentrado em polos. Nesse sentido, esses polos, que poderiam ser configurados como regiões, indústrias ou planta econômicas que ao concentrar capital pelas suas indústrias motrizes e mercados oligopolizados e alto progresso tecnológico poderiam emanar esse dinâmica de desenvolvimento.

Além disso, favorece interdependência técnica anterior e posterior à produção com outras firmas, melhor aproveitamento de recursos naturais de determinado lugar e surgimento de economias de aglomeração, caso em que várias firmas ganham por estarem próximas umas das outras e se beneficiam de estruturas comuns de produção e escoamento de mercadorias. (MADEIRA, 2015, p.55)

Dessa forma, o desenvolvimento teria como pressuposto a melhoria da infraestrutura regional ou local, o que reforça a intervenção do Estado para dinamizar a indústria na formação de eixos de desenvolvimento. Dessa forma, havia uma conexão entre os polos, fazendo com que houvesse melhor aproveitamento dos recursos existentes, principalmente naturais e a interdependência técnica.

As influências de Myrdal (1960, p.169) para as teorias do desenvolvimento também tiveram sua importância para a construção de um modelo alternativo ao *mainstream* neoclássico. Por ser considerado um economista que transitou por outras esferas do conhecimento, acabou levando para o campo econômico uma concepção mais sociológica e política do desenvolvimento econômico. Sua principal teoria alicerça-se no método “causação circular acumulativa” (MYRDAL, 1960, p.170) onde variáveis econômicas e não econômicas são utilizadas. Nessa teoria, o que está em jogo são os efeitos causados pelo dinamismo de um círculo vicioso, em que as economias deixadas no livre jogo do mercado, teriam as suas desigualdades ampliadas que tendem a continuar com efeitos “retrógrados”, o que é visto em países subdesenvolvidos. Dessa forma, sem a intervenção estatal na economia, para correção dessas desigualdades, a desigualdade tenderia a aumentar entre as regiões. A tese de Myrdal aposta no crescimento setorial, a partir de investimento em setores estratégicos da economia, dessa forma esses efeitos poderiam se propalar para outros da economia. Gumiero adverte:

Não obstante, da mesma forma que os efeitos progressivos possuem esta dinâmica, os efeitos regressivos proliferam caso o dinamismo e a integração

nacional do país seja débil. Nesse sentido, podemos classificar Myrdal como adepto do crescimento setorial. (GUMIERO, 2011, p.74)

O ponto central teoria de Myrdal (1960, p. 180) é a de que os países subdesenvolvidos têm estruturas desequilibradas e que, contrariamente a tese do crescimento equilibrado, não é no equilíbrio ou no desenvolvimento simultâneo das regiões que se dará o desenvolvimento, mas a partir de um processo de industrialização. Impulsionado por desequilíbrios, dando impulso a determinados setores que possam trazer maior dinamismo econômico.

Por fim, cabe ressaltar, que as teorias tanto clássicas, neoclássicas e keynesianas, que foram a base da *mainstream* no debate da “teoria do desenvolvimento econômico” nas economias do centro, até as décadas de 1950 e 1960, foram em grande parte as influências nas políticas conduzidas em algumas regiões periféricas.

2.2 Antecedentes históricos e o pensamento dependentista na América Latina

É de suma importância para a compreensão dos determinantes do subdesenvolvimento, os debates que foram cruciais para a construção do arcabouço teórico que se propôs identificar quais os problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo nas economias periféricas.

Na tentativa de investigar uma solução para o subdesenvolvimento dos países periféricos, a literatura vigente, até a década de 1950, visava principalmente discutir a produtividade, a geração de poupança e a criação de investimentos e que isso levasse à acumulação permanente de riqueza pelos indivíduos. Mas não somente isso, havia também a adoção de normas e comportamentos e atitudes vinculados com a racionalidade econômica moderna (SANTOS, 2000).

Os principais determinantes do subdesenvolvimento são destacados pelas “teorias do desenvolvimento” que se iniciam na América Latina com a CEPAL. A visão cepalina pautava-se na identificação das interações entre a burguesia local e os interesses dessa por um desenvolvimentismo nacional (MARINI, 1992). Nesse sentido, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento que era inaugurada com a reflexão cepalina, tinha como foco analisar as sociedade, as instituições e a estrutura econômica até então instalada no país. A partir dessa compreensão instrumentalizou-se uma profunda transição que as economias latino-americanas deveriam

empreender; de um modelo primário –exportador para um modelo de desenvolvimento para dentro.

As análises da CEPAL, foram durante muito tempo, o principal aporte para a análise da realidade econômica e social da América Latina. Desenvolveu um enfoque analítico com bases próprias. O método construtivo de diagnóstico da escola cepalina baseou-se numa oposição entre “periferia” e “centro”. A primeira estrutura era basicamente determinada por uma economia que era voltada para a produção de alguns bens e serviços, mas que contava com uma procura pouco dinâmica do mercado internacional, na contramão, havia uma dinâmica interna importadora de bens e serviços em rápida expansão, que eram basicamente assimiladas pelos padrões de consumo e tecnologias das economias do centro. Isto posto, no médio e longo prazo, essa dinâmica tornava-se inadequada para que a nível de renda e os recursos da periferia acompanhassem essa lógica. (SANTOS, 2000)

Além disso, vincula-se a CEPAL, a forma peculiar de tratar no modelo histórico-estruturalista as economias da América Latina. Havia nessas economias singularidades a ser analisadas para poder se propor determinados modelos de industrialização, na forma como poderia se lograr o progresso técnico, a distribuição de renda e a utilização e absorção da força de trabalho.

Essa corrente de pensamento foi instaurada por um grupo de intelectuais que centraram suas análises nos problemas que desestruturavam as economias da América Latina e estagnavam de certa forma o desenvolvimento dessas economias enquanto participantes do modo de produção capitalista.

A Escola Cepalina desenvolveu análises sob a influência de Celso Furtado, Raul Prebisch, Anibal Pinto e Osvaldo Sunkel. Estes adicionaram à perspectiva estruturalista o dimensionamento da análise histórica dos países da América Latina. E nessa perspectiva, desenvolveram uma análise das transformações econômicas e sociais de médio e longo prazo que tiveram forte influência na condução de políticas que pudessem corrigir algumas dessas especificidades atreladas ao subdesenvolvimento.

O pensamento desenvolvimentista dessa escola teve como um dos precursores Raul Prebisch¹, suas análises tratavam da América Latina com as

¹ Raul Prebisch – foi um economista argentino de grande contribuição para Escola Cepalina. A história de Raúl Prebisch e a da CEPAL como instituição estão estreitamente vinculadas. Prebisch entrou na CEPAL pouco após a sua criação, em 1948 e, ao redigir, em 1949, o que posteriormente ficaria

especificidades regionais Em seu trabalho pioneiro - O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas - demonstrou as especificidades econômicas e os problemas sociais latentes que subordinavam as economias latino americanas às economias do centro, enquanto economias que se subdesenvolviavam na periferia do sistema mundial, como participante do “velho esquema da divisão internacional do trabalho”(PREBISCH, 1949,p.47). Prebisch, inaugurou uma linha elucidativa para os problemas inerentes a América Latina. Já que, as teorias do desenvolvimento que tentavam analisar a forma como se subdesenvolviavam as economias periféricas, tinham como critério o modo como se desenvolviam as economias do centro. Assim:

Há que reconhecer-se que, nos países latino-americanos, resta muito por fazer nesta matéria, tanto no que diz respeito ao conhecimento dos fatos mesmo, quanto à sua correta interpretação teórica. Não obstante tenham esses países muitos problemas de índole semelhante, não se conseguiu, ainda, sequer, abordar em comum seu exame e elucidação. Não é de estranhar, portanto, que prevaleça, frequentemente, nos estudos que se publicam acerca da economia dos países da América Latina, o critério ou a experiência especial dos grandes centros da economia mundial. Dificilmente poder-se-ia esperar de tais estudos soluções diretamente voltadas para nós. E' pertinente, destarte, apresentar, com clareza, o caso dos países latino-americanos, a fim de que seus interesses, aspirações e possibilidades -- ressaltadas desde logo as diferenças e modalidades específicas -- se integrem, adequadamente, em fórmulas gerais de cooperação econômica internacional. (PREBISCH, 1949, p.48)

O pensamento “furtadiano” tem como eixo o “dualismo-estruturalista”, que em última instância apresentou-se como uma análise do subdesenvolvimento e do desenvolvimento a partir da historicidade dos países da América Latina e mais precisamente do Brasil. De outro modo, Celso Furtado teve como influencia - além da análise estruturalista que levou em consideração, a perspectiva histórica, social e suas especificidades – o dualismo crônico entre centro e periferia, que neste sentido é o ponto de discussão central da Escola Cepalina.

Esse dualismo, foi criado a partir do avanço do modo de produção capitalista para regiões ricas em recursos naturais e mão de obra abundante, disponíveis nos países da Américas Latina.

conhecido como o Manifesto da CEPAL, viria a marcar a pauta da reflexão teórica das décadas seguintes e lideraria o trabalho de alguns dos intelectuais latino-americanos mais brilhantes da época, os quais havia conseguido atrair para a instituição. Ver: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/raul-prebisch-e-cepal

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 1961, p.161)

A análise de Celso Furtado é necessariamente um embate, uma alternativa ao pensamento neoclássico vigente. Que no debate da teoria do desenvolvimento econômico, tinha até então em W.W Rostow (1974), um dos seus maiores expoentes.

À essas ideias, Celso Furtado irá se opor veementemente, tendo em vista que para ele, o pensamento clássico e neoclássico, ambos influenciadores da tese “etapista” de desenvolvimento, não explicavam as condições estruturais em que os países subdesenvolvidos se encontravam frente ao desenvolvimento do capitalismo global. Para Celso Furtado, tinha que se levar em consideração tais condições adversas (sociais, econômicas e culturais), dos quais acabavam amarrando os países periféricos. Além disso, “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica” (FURTADO, 1961, p. 22)

A condição *sine qua non* para os países periféricos permanecerem em tais condições era justificadamente a situação do perfil agrário exportador. No qual o Brasil enquadrava-se como uma potência, muito embora, essa dinâmica não ajudava no processo nivelamento da renda e ainda contribuía para aprofundar a deterioração dos termos de intercâmbio. Para Celso Furtado tais vantagens são enganosas do ponto de vista comparativo de suas especialidades, já que, os países periféricos com perfil agroexportador, como no caso brasileiro, de matérias primas, ao se especializar em tais produtos, fica numa posição de vulnerabilidade externa. Já que os preços são condicionados à procura dos centros. Além disso, o aumento da produtividade nesses produtos tende a condicionar uma queda no valor da mão-de-obra, o que leva as economias do centro a se especializar em exportação de capitais.

Atrelado a isso, Furtado (1952) chamou atenção para a própria desigualdade regional (inter-regional) que não tinha um desenvolvimento equilibrado, onde a região Nordeste tendendo a reprimarização de baixa produtividade e o Sul e Sudeste com uma industrialização, ainda que incipiente, totalmente desvinculado do Nordeste.

Celso Furtado, por ter sido juntamente com Raul Prebisch um dos fundadores do pensamento cepalino, também foi um dos pioneiros na tese “centro-periferia” e do “dualismo” herdado, herdado da confluência crítica à análise monoeconômica de tendência neoclássica. Ademais, ao se opor à tese das vantagens comparativas, a sua crítica centrou-se necessariamente na deterioração dos termos de intercâmbio, que faziam com que os países periféricos, e a sua baixa produtividade, fossem nada competitivos frente aos países exportadores de capital. (FURTADO, 1961)

Outro ponto de confluência ao pensamento cepalino foi a análise do desenvolvimento voltado para dentro, com necessidade de revisão de suas bases industriais e na substituição de importação para atender o seu potencial mercado interno.

Furtado (1952) teve na teoria keynesiana, uma de suas principais influências. Pois em seu artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico” afirmou para que houvesse desenvolvimento, tornar-se-ia imprescindível a intervenção estatal na economia para incentivar a demanda efetiva das regiões subdesenvolvidas. Não por acaso, uma de suas teorias acerca do desenvolvimento regional alicerçaram a tentativa de integrar as regiões do Brasil, que visava a interligação entre os locais subdesenvolvidos de menos subdesenvolvidos regionalmente. Ademais, essa influência Keynesiana foi fortemente aplacada pelos teóricos cepalinos (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1952) para sugerir medidas que visassem minimizar não apenas o Estado de bem-estar social, mas para propagar esse modelo para regiões subdesenvolvidas, mesmo em regiões do planeta, de estruturas mais complexas como a América Latina.

Neste sentido, o pensamento furtadiano foi imprescindível para contrastar com as influências neoclássicas, que de certa maneira, foram basilares para algumas políticas das economias do centrais, mas não serviram para explicar a dinâmica socioeconômica dos países latino-americanos.

Celso Furtado por exemplo, embora não tenha sido um exímio propagador dos ideais marxistas, nas suas obras, passou a entender o modo de produção capitalista e seu desenvolvimento como de caráter desigual. Em “Mito do desenvolvimento econômico” de 1974, podemos perceber sua negação de um desenvolvimento pleno, já que as bases do desenvolvimentismo foram minadas por um capitalismo global e que reproduzia desigualdade em sua essência, de caráter

exploratório. Nesse sentido, passa a analisar o consumo da periferia como uma mimetização dos costumes dos centros (EUA e Inglaterra). Portanto, o subdesenvolvimento é condição imprescindível para manutenção econômica das economias do centro

Assim, o debate das Teorias do desenvolvimento na América Latina teve como foco alicerçar a continuidade do desenvolvimento num país que se tornava cada vez mais dependente dos países centrais. Pois além da dualidade social, outro fator que levaria ao subdesenvolvimento de um país seria a dependência formal ou informal da economia em relação aos países industrializados (BRESSER-PEREIRA, 2010). Segundo Tavares (1981, p.30) “na América Latina não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, como também o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia”.

O que de início se chamou de dinâmica econômica com direcionamento “para fora” estava, segundo Tavares (1981), vinculado a uma dinâmica de divisão internacional do trabalho, necessariamente uma imposição do desenvolvimento capitalista e praticado pelas economias líderes do planeta. Além disso, havia uma divisão social do trabalho totalmente divergente da do Centro. Assim:

No caso dos países desenvolvidos, não havia, como não há, uma separação nítida entre a capacidade produtiva destinada a atender aos mercados interno e externo. Não é possível distinguir um setor propriamente exportador: as manufaturas produzidas são tanto exportadas quanto consumidas em grandes proporções dentro do país e a especialização com vistas ao mercado externo se faz antes por diferenciação de produtos do que por setores produtivos distintos. (TAVARES, 1981, p.31)

Esse modelo de dinâmica econômica irá mudar de foco na tentativa de reestruturar as bases econômicas, para o desenvolvimento sustentado dos países da América Latina, mais precisamente do Brasil a partir da década de 1930. Depois de sucessivas volatilidades do comércio exterior brasileiro entre 1914 e 1945. A importância das exportações como principal determinante foi parcialmente substituída pela variável exógena de investimento que passou a ser essencial para dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

Porém a nova política econômica de desenvolvimentismo incentivada e efetivada por alguns países latino americanos não respondeu as previsões desenvolvimentistas até então ensejadas e representadas pela relativa substituição

de importação e dando ênfase para os gargalos no setor de exportação de bens duráveis.

2.3 Desenvolvimento do subdesenvolvimento na Teoria da dependência

A partir do diálogo entre a “Escola Cepalina” e os debates da esquerda latino-americana, surgiram novos trabalhos.

Destarte, a lógica capitalista, sob o olhar da teoria da dependência não será de uma realidade “etapista” em que o subdesenvolvido e desenvolvimento são etapas, mas sim de realidades diversas, mas vinculadas em sua dinâmica capitalista. Desse modo, os teóricos da dependência (FRANK, 1966; MARINI, 1973; SANTOS 2000) entendiam o subdesenvolvimento como produto do capitalismo global, e que, a condição lógica de manifestação do capitalismo é a existência plena de mundos subdesenvolvidos e desenvolvidos, mas não como realidades estanques.

As fragilidades do modelo cepalino, que tinha como principal fundamento analisar a dualidade do desenvolvimento capitalista, sob a ótica da divisão do mundo entre centro e periferia, fundamentado numa tradição crítica ao eurocentrismo, nas críticas nacionalistas ao imperialismo norte-americano e na crítica da economia neoclássica (SANTOS,2000); acabou dando espaço para o debate que alicerçou a teoria da dependência, principalmente na América Latina. Este novo arcabouço teórico faz parte de um processo que se iniciou nas décadas de 1960 e 1970

As abordagens da dependência compartilhavam de um arcabouço mais sociológico fazendo um contraponto ao pensamento da Cepal e também aos primeiros teóricos da dependência, fortemente influenciados pelo pensamento cepalino estruturalista e do marxismo.

Diferentemente dos teóricos do desenvolvimentismo cepalino (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961) que, embora vissem o subdesenvolvimento como condição que poderia ser superada mediante as políticas de incentivos para o desenvolvimento, os adeptos da teoria da dependência (FRANK, 1966; MARINI, 1973; SANTOS 2000) defendiam a tese de que o subdesenvolvimento é resultado da subordinação ao desenvolvimento das economias capitalistas centrais. Ademais, entendiam que as relações estruturais estavam além das estritamente mercantis, configurando-se também no movimento internacionais de capitais, principalmente nos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Embora essa fosse a “ideia força” principal defendida dentro da teoria da dependência, haviam vertentes diferentes dentro do escopo teórico dependentista.

Havia uma vertente weberiana, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e uma marxista, que se iniciou com as ideias de Gunder Frank e influenciou intelectuais na América Latina como Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Vania Bambirra.

As considerações “dependentistas” da vertente weberiana é representada por Cardoso e Faletto (1977) na obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica”. Estes tiveram como finalidade apontar as características mais sociológicas, na medida em que, criticaram a concepção econômica de desenvolvimento. Pois para estes autores, o ponto de vista econômico, no qual centrava seus esforços em pontos cruciais, absorção de tecnologias para promoção da estrutura produtiva e nas inversões estatais para criação de infraestrutura adequada para a diversificação econômica. Isto, segundo eles, acabou distorcendo questões mais sociais e institucionais, já que deram ênfase à crença de que numa situação de estruturas e conjunturas favoráveis, era imprescindível para as devidas políticas econômicas. Enxergam nesse ponto de vista, e aqui, é inegável as contribuições da explicação do termo “os enclaves colônias” ou economias de enclave, em que não se leva em consideração apenas as questões estruturais, mas a historicidade da América Latina subdesenvolvida as relações capitalistas, suas nuances e os interesses internos de grupos sociais, e de que forma estes conseguiram perpetuar essa situação de dependência.

Assim, a ideia principal da vertente weberiana da dependência era do capitalismo dependente associado baseado na aliança entre capital privado nacional, internacional e Estado. Nesse sentido, o problema do subdesenvolvimento estava na forma como se davam essas relações, que aprofundava a dependência econômica. As “relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que poder-se-ia produzir políticas que efetivamente se aproveitassem das novas oportunidades de desenvolvimento econômico” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p.5)

Por outro lado, a vertente marxista da dependência parte da “compreensão do processo de formação socioeconômica na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p.6). Dentro desta vertente, destaca-se dois autores imprescindíveis para

entender essa dinâmica de dependência; Gunder Frank por ter sido uns principais propagadores das ideias dependentista no âmbito mundial e Ruy Mauro Marini pelo contributo da tese de superexploração do trabalho, que afligia principalmente os países da América Latina.

Marini (1973), fez uma crítica muito bem fundamentada à escola cepalina e à alguns intelectuais marxistas que expuseram algumas ideias reformistas, para além disso, esboçou sua tese da “Dialética da Dependência”, que fundamentalmente tem como pano de fundo a análise do capitalismo global e sua manifestação nas regiões periféricas, levando em consideração a deterioração dos termos de trocas, a superexploração do trabalho e principalmente, a limitação do mercado interno como entrave das economias dependentes. Dessa forma:

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca (sic) nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 1973 p.113)

Nesse sentido, a análise de Ruy Mauro Marini será necessariamente na esteira dos estudos acerca de como se manifesta esse caráter dependente da economia da América Latina e sua inserção na rota do intercambio desigual e de uma exploração no âmbito global, perpetuando e ampliando ainda mais as relações econômicas dependes desses países periféricos.

Mas o subdesenvolvimento como um processo inerente do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista passou a ser defendido como a principal tese dessa vertente a partir de Gunder Frank (1980), pois em “Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento”, o modo de produção capitalista é visto ainda como um modo de produção colonial, em que o mundo é dividido entre Metrôpoles e Satélites invocando uma relação de dependências dos últimos em relação aos primeiros. Nesse sentido, há uma estrutura monopolista colonial estabelecida entre as relação metrópole-satélites. Os satélites seriam os países periféricos que possuem uma relação aos centros hegemônicos, principalmente Estados Unidos e Europa. Gunder Frank não afirmou que o país dependente não possa crescer economicamente, mas sim que, o maior aprofundamento das relações entre a metrópole e satélite, potencializam as diferenças que existem entre estes (FRANK, 1973). Ideia força que ficou conhecida pela fórmula “desenvolvimento do

subdesenvolvimento”, que pode ser entendida sob a ótica da distinção entre crescimento e subdesenvolvimento.

Porém, cabe delimitar as principais ideias em torno das visões e revisões do autor, que parte de quatro hipóteses. A primeira e principal delas é a crítica a de que o subdesenvolvimento não é resultado da existência de instituições arcaicas ou das regiões carentes de capital, mas pelo contrário, o subdesenvolvimento é resultado do desenvolvimento das metrópoles e a consequente subordinação dos satélites e metrópoles nacionais. A segunda considera que para o “maior desenvolvimento industrial capitalista clássico quando os vínculos com as metrópoles são débeis” (VASCONCELLOS, 2013, p.2). Ou seja, para Gunder Frank, o pouco desenvolvimento que os países periféricos tiveram não é a consequência do maior grau de contato com os países desenvolvidos, visto que para ele a industrialização autônoma que os países da América Latina tiveram em algum momento é justamente resultado da debilidade das relações comerciais com os países metrópoles e não o contrário. Sua terceira hipótese é a de que os países subdesenvolvidos, mantêm sua condição enquanto satélites e subdesenvolvidos, por conta da amplitude das relações comerciais com os países do centro. A quarta hipótese desenvolvida baseia-se na ideia de que “o crescimento do latifúndio e da semi servidão nos países subdesenvolvidos acontece em função da receita econômica desses países ser sempre transferida para as metrópoles” (VASCONCELLOS, 2013, p.2). Ou seja, as estruturas arcaicas seriam uma forma comercial de integrar-se à crescente demanda externa do capitalismo mundial

Além disso, esse modelo metrópole-satélite acaba repetindo esse modelo no setor capitalista avançado dos países latino americanos. E que o subdesenvolvimento é justamente a continuidade da burguesia nacional em perpetrar este modelo.

Dessa forma Frank (1973) tece sua crítica às teorias dualistas, que sustentavam a ideia de que o desenvolvimento e subdesenvolvimento, embora separados, são oriundos da maior ou menor difusão do capitalismo global. Para Gunder Frank (1973) o sistema capitalista precisa ser entendido como um sistema único que estabelece uma contradição entre os países centrais exploradores e periféricos explorados.

3. BRASIL: DO “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO” ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O objetivo deste capítulo é demonstrar como o capitalismo no Brasil se manifesta em suas contradições. Assim, a intenção é apresentar uma síntese histórica do desenvolvimentismo. Assim divide-se em dois tópicos: No primeiro, apresenta-se uma síntese do nacional desenvolvimentismo e os aspectos dependentes na economia brasileira.

No segundo tópico identifica-se a dinâmica econômica e o processo ideológico que culminam na crise institucional do estado brasileiro em fazer frente à defesa dos interesses estratégicos de sua economia. Assim, discute as diretrizes neoliberais e os efeitos da dependência que já vinham se edificando desde a segunda metade da década de 1970.

3.1 A dependência na fase nacional-desenvolvimentista

3.1.1 – De 1930 a 1964

A “revolução” de 1930, foi o principal marco que deu início as aspirações ao desenvolvimento de outros setores não ligados ao setor agrário. Até então, a política macroeconômica era amarrada a produção cafeeira, que já vinha passando por um final de ciclo. A insistência do Estado Brasileiro em manter uma política de subsídios de preços atrelada ao seu principal produto de exportação começou a enfrentar problemas políticos internos com grupos que visavam um caminho mais liberal para a economia. O que, segundo Fausto (2006), tinha como principal expressão o programa da Aliança Liberal que representou, em tese, os interesses de outros grupos regionais.

Por outro lado, a cafeicultura começou a enfrentar problemas que se intensificam com a crise mundial de 1929. Além disso, o Estado engendrou uma política de defesa das expectativas de lucros garantidos, o que fez com que muitos buscassem empréstimos a juros elevados para plantar café. Com a queda brusca nos preços internacionais e retração do consumo, acabou por tornar inviável a compensação da queda dos preços. O endividamento geral do setor cafeeiro acabou

gerando desentendimento entre uma parte da elite dominante e o governo federal. (FAUSTO, 2006, p.179)

No campo político, confluía-se para um desfecho de tomada de poder, pelo qual Getúlio Vargas apoiado por elites regionais de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, chegou ao governo do país. Dessa forma, a revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe, fosse ela a classe média ou a burguesia industrial. A classe média esteve aliada a Aliança Liberal², que era heterogênea por demais para formular um programa em seu nome, já que ainda era dependente e atrelada as forças agrárias

Assim, é no Período Getulista que o “nacional-desenvolvimentismo” teve dois suportes principais, no aparelho de Estado, as forças armadas; na sociedade uma aliança entre burguesia e setores da classe trabalhadora. (FAUSTO, 2006, p.182).

No Brasil, durante o período do governo provisório de 1930 a 1934, pouco se teve de transformação no campo econômico, ainda que tenha iniciado um processo de configuração de leis trabalhista, mantendo uma sua visão industrialista com os anseios das classes medias (lei do salário mínimo, pensões etc.). (ARVIN-RAD; WILLUMSEN & WITTE, 1997). Pois inicialmente, o governo Vargas representou uma literal convergência entre os ideais industriais e das principais oligarquias que comandaram boa parte do ciclo do cafeeiro.

Foi somente no “Estado Novo” (1937-1945), no auge de seu governo mais estatista de todos que Getúlio Vargas implementou uma serie de investimentos na industrialização de base. Houve avanços principalmente no setor metalúrgico e metal-mecânico. Este setor foi ampliado mediante medidas protecionistas à indústria do aço³, que já vinha sendo implementada desde os anos 20 do século XX. A indústria da química pesada também já representava uma grande parcela dos investimentos feitos nesse período. (RAD; WILLUMSEN & WITTE, 1997)

Tentou-se implementar alguns incentivos no setor sucroalcooleiro, que teve como premissa desenvolver incentivos ao uso do álcool com intuito de diminuir a dependência do país em relação aos combustíveis derivados do petróleo importado.

² Aliança liberal – Grupo da elite dominante que apoiou Getúlio Vargas, composta pelo Partido Republicano de Minas – PRM e uma ala político-militar do Rio Grande do Sul. Surgiu após o Partido Republicano Paulista – PRP, trair os acordos de sucessão ao poder. A política até então era feita por uma sucessão de governantes de poder entre os cafeicultores de São Paulo e os Fazendeiros de Minas gerais.

³ Dentre elas podemos destacar a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional criada em 1946

Foi criado também nesse setor o Conselho Nacional do Gasogênio - CNG, que visava estimular o uso de gás e carvão na geração de eletricidade e no uso do transporte.

Em 1953 funda-se - após investimentos iniciais na produção de petróleo no Estado da Bahia desde 1939 – a Petrobrás. Em 1940 o Conselho Nacional do Petróleo-CNP já havia sido criado com esse propósito de organizar as bases produtivas desse setor, que poderia, em tese, sanar uma parte da dependência em relação aos produtos de matriz energética. Além disso, durante seu governo, Vargas incentivou boa parte da cadeia de produção de infraestrutura, que incluía isenção de impostos de importação sobre máquinas e tinha como foco a produção de minerais não- metálicos destinados a infraestrutura. (ARVIN-RAD; WILLUMSEN & WHITE, 1997)

O modelo de industrialização do período getulista começou a encontrar gargalos “à medida que essa capacidade que se esgotava, e que a implantação de novas plantas, em novos segmentos exerciam altas pressões sobre as importações, os problemas também cresceram”. (CANO, 2015, p.448).

Além disso, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, causou impacto na economia brasileira, fazendo com que houvesse perda de diversos mercados e reestruturação das exportações. O esforço de guerra de diversos países, deprimiu, as possibilidades dos países periféricos se suprirem em bens de capital, principalmente nos setores em que vinham fazendo investimento pesado. Somente entre 1946 e 1954, o Brasil alcançou novamente uma larga capacidade de importação de produtos, que tinham como principal destino subsidiar a industrialização pesada de base, que alcançou um ritmo realmente intenso. (ABREU, 2010)

Este esforço representou, em certa medida, a construção de uma base industrial que serviria de sustentação para os governos posteriores. No entanto, cabe ressaltar, foi no período da Segunda Guerra Mundial, que o Brasil tendeu a aprofundar seu caráter agrário-exportador ampliando sua pauta exportadora.

Nos três anos finais da guerra, a pauta de exportações brasileira ajustou-se às modificações de demanda impostas pelo esforço de guerra aliado. No caso dos EUA, ampla gama de produtos – inclusive alguns que o Brasil não sonhava produzir – foram objeto dos acordos de Washington, de 1942, que cobriam desde a borracha a arroz. As principais compras da Grã-Bretanha foram de carne bovina e, principalmente, de algodão em rama. Quanto à carne, em contraste com o café, o Brasil viu-se pela primeira vez em situação similar à da Argentina, que exportava produtos cujo consumo doméstico era significativo. Já as compras de algodão, muito além (sic) das exportações imediatas para o Reino Unido, refletiam as corretas previsões de Keynes

quanto à importância das exportações britânicas de têxteis no pós-guerra e à significativa alta dos preços de algodão. (ABREU, 2010, p.18)

Acerca dos aprofundamentos nas mudanças de foco da economia brasileira, viu-se dentro do debate do desenvolvimento econômico uma conscientização da continuidade na industrialização (CANO, 2015, p.450). Não raro, desde meados da década de 1940, o debate Simonsen-Gudin, surgiu no âmbito de tentar rever as possibilidades dessa continuidade. Roberto Simonsen defendia ideais mais voltados para o Estado como apoiador de setores estratégicos; a base seria o planejamento estatal; por outro lado, Eugenio Gudin, do ponto de vista ortodoxo era um exímio defensor das teses das vantagens comparativas⁴, que acreditava que o Brasil deveria seguir sua vocação agrária.

Depois da segunda guerra mundial a hegemonia dos EUA fez com que estes tornassem sua economia ainda mais preponderante, aplicando políticas que tinham como eixo – alicerçar os demais países às suas políticas da *Pax Americana*, que se caracterizou “como monopólio dos EUA em termos de decisões estratégicas” (VIZENTINI, 1992, p.19).

Antes mesmo do fim da guerra em 1944, as duas das principais potências até então vigentes, Inglaterra e os Estados Unidos duelaram pelo plano que vigoraria logo após, com a instauração de um novo padrão monetário internacional que seria denominado o padrão ouro-dólar - em contraposição ao padrão ouro, que apesar de ser chamado assim, era na um padrão ouro/esterlina - pelo qual se nortearia tanto as finanças e o comércio mundial. A conferência de Bretton Woods representou o predomínio dos Estados Unidos, que vinham em ascensão desde o começo do século vinte e representou o relativo declínio da hegemonia inglesa principalmente no comércio exterior. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos saíram do conflito fortalecidos e nesse sentido a conferência era uma forma de “consolidar o seu poderio econômico financeiro sem deixar de compatibilizar esse propósito com sua assistência à reconstrução europeia” (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p.27)

Assim políticas de reestruturação da Europa e de algumas regiões periféricas do mundo deu-se a partir da conferência de *Bretton Woods*. Que tinha além como propósito centralização do intercâmbio comercial e financeiro. A partir disto,

⁴ Teoria Clássica do Comércio Internacional instrumentalizada por David Ricardo, na qual consistia em que cada nação deveria se especializar na produção e comércio de um determinado bem, que tivesse maior eficácia, de acordo com a produtividade dos fatores de produção. (GONÇALVES, 2005)

foram constituídos órgãos que se propalavam enquanto órgãos multilaterais. Dentre eles o FMI – Fundo Monetário Internacional e o BIRF- Banco Internacional para Reconstrução e o Fomento, que passou a se chamar BIRD, além do Banco Mundial. O FMI como fundo monetário internacional começou a atuar na década de 1950, no contexto da crise do Balanço de pagamentos de muitos países subdesenvolvidos, inclusive países latino-americanos. Embora, tenha uma evolução institucional, o FMI atuou principalmente no estabelecimento do padrão ouro dólar, códigos de condutas e mecanismos de ajustes do balanço de pagamentos. Essa conduta de ajuste - deveria ser um compromisso junto ao fundo dos países já deficitários. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987)

Diferentemente do FMI, que atua diretamente no direcionamento financeiro, o Banco Mundial examina as políticas e projetos que se ligam a questão da produção, que são diversificados, tendo como suporte a questão da infraestrutura e numa segunda fase estendo ao campo industrial, agrícola e educacional. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987)

A tentativa de engendrar um panorama desenvolvimentista no Brasil no pós-guerra levou à uma cooperação financeira, técnica e política dos EUA - a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU entre 1951 e 1954 - nos moldes similares ao Plano Marshall. Além disso a tentativa de se discutir o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países periféricos, acabou adentrado os eixos acadêmicos e políticos.

No Brasil, desde 1948 a Organização das Nações Unidas-ONU já havia se encarregado de criar comissões regionais que cobrissem aspectos sobre a temática do desenvolvimento. No Brasil, os principais braços de discussão de políticas no sentido desenvolvimentista vieram de dentro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

A CEPAL foi criada em 1948 como um dos braços do sistema *Bretton Woods*. Além dela, foram criadas mais outras comissões que se direcionavam para a Europa (CEPE), África (CEPA) e Ásia e Extremo Oriente (CEPAEO), todas ligadas diretamente ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas-ECOSOC. Para algumas regiões, as funções dessas comissões se nortearam por políticas de reconstrução de países que foram afetados diretamente pela Segunda Guerra Mundial. A CEPAL iniciou seus trabalhos na América Latina tendo como uma de suas influências principais de sua atuação o pensamento de Raul Prebisch (1949), a partir

da conferência da CEPAL em Havana em que apresentou o texto “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas*”. O que pode ser a gênese do pensamento cepalino relativo ao sistema dualista-estruturalista, em as relações econômicas internacionais era um sistema entre Centro- Periferia.

Entende-se por Centro, grosso modo, os países desenvolvidos produtores de bens manufaturados, e por Periferia, os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, produtores de bens primários. A América Latina, pertencente à periferia da economia mundial, seria o pano de fundo das ideias de Prebisch sobre o desenvolvimento econômico e o comércio exterior (COUTO, 2007, p.50)

As relações econômicas entre Centro e Periferia, faziam parte da propagação histórica do progresso técnico na economia mundial, de outro modo, resultado da divisão internacional do trabalho, que na visão cepalina acabou relegando economias a processos produtivos, que acabavam sendo reflexo dessa relação, ou seja, de caráter dualista. Dessa forma, a CEPAL irá se nortear nessas ideias para formular suas políticas no âmbito desenvolvimentista.

Gonçalves (2012), afirma que a tradição desenvolvimentista na América Latina teve uma ampla atuação do pensamento cepalino com políticas que tiveram influências principalmente de Raul Prebisch. Complementa ainda, que é a escola assentada nos ideais de industrialização e da soberania dos países. (GONÇALVES, 2012). No campo estratégico, o nacional-desenvolvimentismo defendia mudanças na estrutura produtiva e redução da vulnerabilidade externa estrutural, que tinha como um dos pilares a defesa da substituição das importações.

Com relação à vulnerabilidade externa estrutural, a tentativa era de diminuir a dependência em relação às exportações de *commodities*; o coeficiente de redução da penetração das importações industriais; a redução do hiato tecnológico seria modificada à medida que se aplicasse um sistema nacional de inovações.

As políticas engendradas pela CEPAL, até então, tiveram mais influências no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961). Neste governo, que se deu no âmbito democrático, viu-se a evidência de um projeto de reestruturação da economia, a partir do Plano de Metas, “que constitui o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia Brasileira” (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 2014, p.171). Algumas de suas ações foram exitosas em atender tanto a demanda do setor público quanto do setor privado. O papel do setor público, nessa fase da economia brasileira, foi dos mais contundentes em termos de criação

de demanda efetiva, que teve como pano de fundo o controle de empresas do setor de infraestrutura, transporte e energia, dentre elas a CSN, CHESF, USIMINAS, Furnas, Vale do Rio Doce e Cosipa.

Porém, o modelo adotado para o financiamento do Plano de Metas deixou em segundo plano a política fiscal e cambial, o que levou a problemas no governo de Juscelino Kubitschek. Por outro lado, as principais fontes de receitas foram vinculadas aos impostos sobre consumo e o imposto de renda, além dos saldos dos ágios e a bonificação dos impostos de importação, pelo lado do investimento público. Ademais, a capacidade de industrialização em meados da década de 1950 – ameaçada pela restrição do setor externo, já que dependiam das divisas para investir na sua industrialização de máquinas e equipamentos – buscou recursos nos investimentos externos diretos. Como afirma Tavares (apud MATTEI e SANTOS JUNIOR, 2009, p.104):

Deste modo, para avançar no processo de industrialização e produzir internamente bens de capital e bens de consumos duráveis, foram formulados, em ambos os países, projetos desenvolvimentistas que visavam uma industrialização rápida e de forma integrada. Para cumprir com estes objetivos, foi essencial a participação do capital estrangeiro, através de investimentos diretos na produção e na instalação de empresas multinacionais e o papel do Estado atuando como planejador e organizador do processo.

A necessidade latente de continuidade do desenvolvimento que perpassava por uma política de investimento na indústria pesada para aumentar a capacidade instalada, mesmo criar novas plantas, passou a depender também do investimento de corporações multinacionais.

No entanto, cabe ressaltar que o desenvolvimentismo, enquanto projeto, teve seu auge de 1956 a 1961. Com alguns setores consolidados, como os de “bens de consumo duráveis, insumos intermediários, além das indústrias de base” (MATTEI e SANTOS JUNIOR, 2009, p.104). O que cabe contrastar, é que esse período, foi de crescimento acompanhado de taxas anuais de inflação bem elevadas, o que fez esse período do plano de metas ficar conhecido como crescimento com inflação.

Assim, a redução de alguns gargalos estruturais na economia brasileira do período foi de fato contemplada. Mas, à medida que a expansão do parque industrial e os investimentos em infraestrutura demandavam mais esforços econômicos do Estado e do setor privado, as divisas tornavam-se ínfimas para manutenção deste modelo de desenvolvimentismo, ligado ao modelo de substituição de importação.

3.1.2. De 1964 a 1985

Durante os governos militares entre 1964 e 1985, o padrão de acumulação pautado na modelo substitutivo de importações irá se conjugar a outras estratégias. Estratégia que se direciona ao endividamento externo que vinha se alargando desde finais da década de 1960, atravessando os anos do “milagre” econômico até elevação das taxas de juros de 1979. A partir disso, a dívida externa brasileira foi crescente. (MATTEI e SANTOS JUNIOR, 2009, p.107)

O governo dos militares foi atravessado por alguns planos que se designavam estabilizadores para o crescimento. O primeiro deles, lançado em 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, teve como objetivo, a priori, a tentativa de sanear a economia de um elevado nível inflacionário do período, aliado ao ambiente estagnado da economia. Soma-se a isso a aplicabilidade de algumas reformas estruturais que centravam forças no aumento tributário e da reforma financeira, que acabaram reduzindo o crédito em relação à indústria brasileira e arrojando os salários dos trabalhadores, uma medida de cunho mais ortodoxo. Havia uma determinação de que os salários estavam majorados a uma proporção superior ao nível de produtividade dos trabalhadores. Em detrimento ao crédito dado às empresas locais, empreende-se uma política de abertura para e entrada de investimentos estrangeiros. Santos (2011) em relação a isto, tece fortes críticas na intenção de mostrar que esta política estava aliada uma determinação de dependência, que vinha se aprofundado nos países periféricos.

No período pós-guerra, consolidou-se como um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial (SANTOS, 2011, p.8)

A fonte de divisas do setor agroexportador latifundiário e conservador não seria mais um fator tão preponderante na geração de divisas para a industrialização. Na medida em que, haveria a partir disto, um aparelhamento à submissão tecnológica, que viriam na forma de maior entrada de capital estrangeiro, formando assim uma estrutura dependente, em que as variáveis que levam ao subdesenvolvimento brasileiro estão atreladas ao desenvolvimento dos países centrais.

Entretanto, o *mainstream* econômico, leva a crer que os frutos do PAEG levaram a um maior dinamismo da economia, pois da forma como foi impulsionado,

fez com que o saneamento das contas públicas e do ambiente inflacionários tornasse mais fácil o empreendimento de políticas de desenvolvimento que foram aplicados a posteriori, como o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento –II PND.

O I PND – que se perfaz de 1972 a 1974 - atacava frentes direcionadas à gargalos de infraestrutura, mas firmava também investimentos na siderurgia, petroquímica, transportes, mineração, construção naval e energia elétrica. Alguns incrementos técnico-científicos e uma relapsa atenção no campo social (saneamento básico e programas de saúde). Na agricultura, promovia a ampliação dos complexos agroindustriais, que tiveram influência e se centralizaram nas regiões Sul e Sudeste atendendo, na sua maior parcela, o mercado externo. (MATOS, 2002)

A proposta do I PND era a de manutenção anual das taxas de crescimento do PIB, expansão do nível de emprego, e disseminação dos resultados do progresso econômico em termos de sociais e regionais (MATOS, 2002). O período do chamado “milagre” econômico brasileiro, período em que o Brasil entrou no fugaz ciclo da economia, coincide com a aplicabilidade do plano. Segundo, os militares ufanistas do dito “milagre”, foi o período em que o Brasil entrou num círculo virtuoso, da fantasmagórica propaganda do “Brasil Potência”.

No projeto de infraestrutura, reivindicado pelo plano, de fato, logrou-se algum êxito, e tentou-se construir – a partir do Programa Nacional de Integração – PIN – uma colonização nos entornos das estradas que fossem abertas. Porém no computo geral, muitos os projetos sociais ficaram aquém da real necessidade, inclusive levantada pelo próprio plano. Além disso, “no campo industrial o maior crescimento ocorreu no setor de bens de consumo duráveis o que acabou gerando um aumento nas importações de meios de produção. A inflação prevista para 10% a.a. atingiu os 35%” (MATOS, 2002, p.67).

Quanto ao “milagre” econômico brasileiro, a indústria brasileira de fato obteve elevados índices de crescimento, a produção de manufaturas amplificou-se, mas segundo Furtado (1981) essa capacidade foi uma convergência da melhora dos termos de troca, na renda das economias dos países industriais, principais importadores das manufaturas brasileiras e com condições de endividamento externo favoráveis. Embora esse período tenha apresentado relativa prosperidade, as transformações necessárias para se autossustentar, no setor de produção bens de

capital ficou à deriva, e a economia continuou dependendo em larga medida das importações desses bens.

II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento implementado pelos militares o endividamento externo já havia atingido patamares absurdos. O que agravou com a política restritiva da taxa de juros dos EUA em 1979. Dessa maneira, a dívida externa brasileira, e na mesma esteira, de outros países periféricos, que acabaram chegando à década de 1980 com a balança comercial extremamente deficitária. Outro fator que agravou, além desse panorama foi o choque do petróleo, que afetou mais intensamente as economias emergentes. (MATOS, 2002)

O posicionamento do pensamento cepalino acabou declinando com o golpe militar de 1964 no Brasil. Assim outras vertentes, incentivadas pelo debate teórico marxista influenciariam a corrente dos intelectuais que tentavam explicar o capitalismo dependente.

3.1.3 – Abordagens da dependência acerca do nacional-desenvolvimentismo

O cerne do pensamento cepalino esteve diretamente ligado ao pensamento de Celso Furtado e Raul Prebisch, embora alguns outros autores tivessem dado seu contributo nesta escola. As políticas adotadas no Brasil, ditas desenvolvimentistas, tiveram como influência principal o pensamento furtadiano. A crítica de Celso Furtado iniciou-se com um artigo que fez em resposta ao pensamento de Ragnar Nurkse, um dos primeiros economistas neoclássicos a se interessarem pelos problemas dos países subdesenvolvidos. Este último, defendia a tese do desenvolvimento equilibrado para romper o problema da insuficiência de capital para alocar recursos naturais. Essas economias que tinham baixa propensão a poupar e que acabava levando a um ciclo vicioso do subdesenvolvimento. Apesar de se aproximar das ideias keynesianas como propulsor de políticas ativas do Estado como indutor do desenvolvimento tendo como foco um crescimento setorial equilibrado, em contraposição ao crescimento setorial.

A crítica furtadiana se norteará em elementos centrais adotados implícita ou explicitamente nas teorias neoclássicas para o desenvolvimento, sendo elas a crítica a teoria das vantagens comparativas. Esta última vista em última instância como propulsora da deterioração dos termos de trocas nos países que acabaram se

especializando em bens primários. Nesses países, segundo Furtado (1974) havia um problema de relações de consumo, investimentos, o crescimento do produto relacionado aos desequilíbrios no balanço de pagamentos.

O aspecto principal da análise de Celso Furtado, no paradigma do desenvolvimento dos países latino americanos, foi aproximar a análise econômica ao método histórico, tendo como aporte maior o enfoque estrutural dos problemas econômicos. Do contato entre as economias capitalistas já industrializadas e as pré-capitalistas surgia o que ele chamou estruturas híbridas ou economia dualista. O enfoque estrutural baseava-se na questão do desemprego, taxa de lucro, infraestrutura e estrutura fundiária e que os desequilíbrios internos e externos são inerentes a característica estrutural do sistema capitalista, já que esse engendra um modelo de troca global, entre relações de centro com a periferia. Uma das possibilidades de sanar essas distorções estruturais entre centro e periferia seria a capacidade de o Estado empreender intervenções na economia, mediante políticas fiscais.

O pensamento cepalino no Brasil teve seu auge entre as décadas de 50 e 60, muitas de suas influências na perspectiva estrutural influenciou outras correntes do pensamento. A principal corrente do pensamento brasileiro - que acabou tendo algumas influências que saíram do estruturalismo cepalino - foi a da dependência, que reuniu alguns teóricos críticos ao modelo de acumulação e de desenvolvimento perpetrado pelos cepalinos na sua fase nacional-desenvolvimentista.

As fragilidades do pensamento cepalino são evidenciadas na limitação estrutural que se consubstancia na articulação entre o setor exportador e a industrialização, que configura uma aliança muito própria dos países latino americanos (SANTOS, 2000). Nesse sentido, a burguesia nacional não conseguiu empreender sua dimensão revolucionária, sem forças para expandir a demanda interna, seja por meio da venda dos meios de produção ou dos produtos de consumo para os camponeses. Esse é o principal bloqueio estrutural, que Santos (2000) afirmou ser preponderante para entender os limites do pensamento da cepalino. Dessa forma:

A CEPAL, representando em grande parte essa burguesia industrial, procurou saídas que não afetassem a questão agrária e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegar ao enfrentamento com ele. Um desses mecanismos foi a inflação, que permitia uma política de preços relativos favorável ao setor industrial.

Outro mecanismo, como vimos, foi a nacionalização das divisas e a política cambial. Por fim, foram usados recursos baseados na intervenção direta do Estado na economia rural com subsídios à produção exportadora enquanto se protegia os produtos agrícolas de consumo popular, com subsídios que asseguravam o apoio das camadas urbanas mais pobres. (SANTOS, 2000, p.70-71)

Todavia, a crítica indireta feita à escola cepalina aprofunda-se com Gunder Frank, na medida em que esse via as estruturas econômicas dos países latino americanos como desprovidos de uma burguesia nacional, que tivesse consciência própria para engendrar tal empreitada desenvolvimentista. A tese das economias dualistas, que tanto foi defendida na fase inicial da CEPAL é um dos principais pontos questionados. Frank (1966, p.2) afirmou que “as evidentes desigualdades entre as rendas e as diferenças culturais têm levado muitos observadores a identificar sociedades e economias “duais” nos países subdesenvolvidos”

Para Gunder Frank (1966), a burguesia nacional atendia aos interesses da grande empresa⁵. Não somente na tentativa de empreender uma infraestrutura adequada, pois havia também - mediante a uma propensa concentração de renda e do consumo das elites, que necessariamente drenava o fluxo de recursos necessários para fazer frente ao consumo internos dos produtos das economias satélites.

Essa abordagem acerca da dependência - com base no sistema mundial de acumulação pautado pela metrópole – apesar de considerado estático, responde a um dos principais problemas inerentes ao comércio entre os países, que é a subordinação dos países periféricos às economias centrais do capitalismo. Ou seja, existe uma relação, inerente à própria questão do desenvolvimento do capitalismo mundial, que impede as economias periféricas de desenvolver um crescimento autogerado capaz de autoperpetuar-se.

Dessa forma, a vinculação entre economias centrais (metrópoles) e as economias subdesenvolvidas (satélites) tem relação direta com sua influência na ideia de sistema mundo⁶ que passa a se perpetuar e se desenvolver como um novo ciclo a partir da década de 1970.

⁵ Grande empresa, nesse sentido, é o termo designado para tudo que se vinha chamando de “corporação multinacional”. Segundo Furtado (1974, p.33) “toda grande empresa, na economia capitalista atual, excluídos os serviços públicos, é “internacional”, no sentido de que atua simultaneamente em vários países, seja através de subsidiárias comerciais, seja por intermédio de subsidiárias produtoras ou de participação em empresas produtoras

⁶ O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma

Ainda que a alternativa fosse o rompimento com a forma capitalista dependente (FERNANDES, 1975) - portanto engendrando uma lógica socialista para as economias subdesenvolvidas - existe uma alternativa dentro do modo de produção capitalista, no qual os países poderiam autossustentar desenvolvimento. Frank (1966) tem como exemplo o Japão - mas especifica, que diferentemente dos satelitizados países da América latina, este jamais teria sido satélite das econômicas centrais pela falta de recursos.

Além disso, Frank (1966) sustenta que a relação econômica dos países centrais com as regiões periféricas do mundo – na sua historicidade econômica – tiveram relações estreitas com as metrópoles do mundo inteiro no sentido de manter, através de fluxos de renda sucessivos. A ideia-força “principal derivada da estrutura metrópole-satélite é que as regiões que estão atualmente mais subdesenvolvidas e com maior aspecto feudal são aquelas que tinham laços mais estreitos com a metrópole no passado”. (FRANK, 1966, p.8). Ou seja, historicamente estariam amarrados à prática da troca desigual “cuja a pedra angular é a ideia de que o desenvolvimento de alguns países resulta precisamente do que determina o subdesenvolvimento dos demais”. (MARINI, 1992, p.75) Frank (1966) exemplifica que o Japão teria conseguido as inversões para conseguir uma industrialização autônoma devido ao “frágil” contato com as metrópoles, já que estas últimas vinham de constante processo de transferência de valor desde a era colonial, dos países satélites espalhados pelo mundo,

Marini (1992) criticou, no mesmo âmbito, a política de industrialização fundamentada nas diretrizes cepalinas. “A confiança que a CEPAL depositava na industrialização, como medida suficiente para superar o subdesenvolvimento, se estendia às virtudes que ela teria como instrumento de transformação social” (MARINI, 1992, p.79)

No seu relativo distanciamento das teses iniciais da CEPAL, Celso Furtado em “Mito do desenvolvimento econômico”, demonstra a contradição do modelo dualista-estruturalista. Para ele o modelo que se baseou na chamada “substituição de importações”, tendeu a “reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um

periferia e uma semi-periferia, além de distinguir, entre as economias centrais, uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. Ao mesmo tempo, a teoria do sistema mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos de Braudel (1979) que se diferenciam dos ciclos de Kondratiev. (SANTOS, 2000, p.46)

processo muito mais amplo de acumulação do capital”. (FURTADO, 1974, p. 27). Mas não somente isso - devido à mimetização dos padrões de consumo que são alimentados pela transposição de subsidiárias das empresas dos países centrais - ele afirma que os países subdesenvolvidos tendem a concentração de renda cada vez mais intensa. (FURTADO, 1974)

E assim as disparidades se agravam à medida que as economias subdesenvolvidas vão se industrializando, guiadas pela substituição de importação.

Por um lado, a intensidade do crescimento no centro condiciona a orientação da industrialização na periferia, pois as minorias privilegiadas desta última procuram reproduzir o estilo de vida do centro. Em outras palavras: mais intenso o fluxo de novos produtos centro (esse fluxo é função crescente da renda média) mais rápida a concentração da renda na periferia. (FURTADO, 1974, p.46)

A mudança do posicionamento de Furtado (1974), em direção a um pensamento mais crítico acerca do desenvolvimento brasileiro, deu-se por conta do contato principalmente com a o estudo feito pelo *M.I.T* para o chamado Clube de Roma⁷. O estudo teve como objetivo traçar os objetivos a hipótese do comportamento de mais longo prazo de “certas variáveis, particularmente da demanda de produtos considerados de valor estratégico pelo governo dos Estados Unidos” (FURTADO, 1974, p.17)

O estudo baseava-se principalmente em catalogar as fontes de recursos renováveis mundiais e analisar o crescimento dos países centrais vis-à-vis aos países periféricos, geralmente locais onde se mantinham a maior parte destes recursos. E que se encerraria num dilema de desenvolvimento econômico. Desta forma;

Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo se formularam a seguinte questão: o que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria em colapso. (FURTADO, 1974, p.19)

O aspecto hegemônico das economias centrais, mas principalmente dos Estados Unidos desde o pós-guerra, se liga às estruturas montadas nos países

⁷ Grupo de industriais e cientistas, que ficou conhecido após a divulgação do relatório Os Limites do Crescimento (The Limits to Growth), elaborado em 1972, por uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachussetts

periféricos. O poder hegemônico mundial foi concebido por três fatores; a questão da ordem política que vinha reinando desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em que os Estados Unidos ganharam poderio militar e imposição política através de organismos multilaterais. Segundo, a questão dos recursos naturais que eram controlados pelo poderio econômico americano, a partir de suas empresas em territórios extranacionais, devido a crescente acumulação de capital, além dos avanços tecnológicos. Em terceiro lugar, um sistema monetário internacional alicerçado nos acordos de *Bretton Woods*, tornando-se o financiador das economias em escala planetária, já que atingiu uma enorme vantagem devido ao padrão ouro-dólar instituído. (FURTADO, 1974)

O nacional-desenvolvimentismo teve de fato seu lado importante na história econômica brasileira. Sabe-se que boa parte da industrialização de base e de incentivos em P&D, iniciaram-se nesta fase – mais precisamente, a partir do governo de Juscelino Kubistchek (Plano de Metas) e posteriormente com os militares (I e II PND).

No entanto, a crítica acerca da hegemonia dos países centrais vis-à-vis os periféricos, não pode ser desconsiderada. É preciso entender como o subdesenvolvimento não está separado do próprio modo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As contradições são inerentes e, portanto, o “desenvolvimento e o subdesenvolvimento estão relacionados por meio da influência mútua, isto é, recíproco, que eles tiveram, têm e também terão um sobre o outro no transcurso da historia” (FRANK, 1977, p.11, tradução nossa)⁸

3.2 Neoliberalismo e dependência no Brasil

A década de 1970 caracterizou-se como um importante marco na história do capitalismo mundial, já que representou o período de uma crise financeira global, que culminou no fim do estado de bem-estar social e fim dos “trinta anos gloriosos”. Este último é conhecido como o período em que o capitalismo global apresentou considerável crescimento econômico nos países desenvolvidos, coincidindo mais

⁸ No original: “Desarrollo y subdesarrollo están relacionados a través de la influencia mutua, es decir, recíproca, que han tenido, tienen y tendran uno sobre otro en el transcurso de la historia”.(FRANK, 1977, p.11)

precisamente coincide com o fim da segunda guerra e vai até a primeira metade da década de 1970- (1945-1975).

Com falência do sistema de Bretton Woods em 1971, ocorreu a expansão do crédito internacional, representado pelos bancos internacionais em concorrência com o próprio FMI inundou o mundo com a reciclagem dos eurodólares. Ocorreu a entrada de novos bancos e concorrentes em busca de novos clientes, o que fez com que esses bancos buscassem fazer empréstimos novamente aos governos. A necessidade dos países subdesenvolvidos de fazer frente as suas despesas, levava-os a buscar credito nos variados bancos internacionais. Além da competição entre os bancos por maiores carteiras de empréstimos, fatias de mercado e lucros. (MOFFITT, 1984)

Havia um clima hostil na década de 1970, que solapou as economias subdesenvolvidas vulneráveis aos choques que se deram durante esse período. Um dos primeiros choques foi a inflação, choques inflacionários advindos dos principais países desenvolvidos a partir de 1973. Para os países subdesenvolvidos, a elevação dos preços do petróleo e dos custos dos manufaturados, produtos importados em larga escala, consumiu a relativa elevação dos preços de suas matérias primas exportadas.

Ademais uma outra consequência que aprofundou esse problema foi a estagnação do crescimento econômico mundial. Como os países subdesenvolvidos exportadores de matérias primas são “dependentes das receitas de suas exportações para os países dos países industrializados, [...] quando o crescimento econômico diminui, a demanda por seus produtos também cai” (MOFFITT, 1984, p.100).

Outro aspecto importante, se não o mais, foi a elevação da taxa de juros em 1979, que implicou substancialmente na elevação dos custos dos empréstimos e dos serviços da dívida externa dos países subdesenvolvidos. Foi necessariamente uma consequência do segundo choque mundial do petróleo. Esse processo acabou incorrendo crônicos déficits em conta corrente dos países subdesenvolvidos e importadores de petróleo. (MOFFIT, 1984)

No Brasil, a dívida externa da década de 1980 foi uma das principais heranças deixada pelo desenvolvimentismo nos governos militares - que no auge da década de 1970 – enfrentou elevados patamares de inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos causado principalmente pelos choques do petróleo (1973 e

1979) e pelo aumento avassalador das taxas de juros 1979, praticados pelo FED⁹.(BATISTA, 1994)

Durante a década de 1980, muitos países declaram moratória por conta dos excessivos juros em relação a sua dívida externa. México e Brasil foram à bancarrota, pois vinham reescalando a dívida principal desde a década de 1960, o que acabou agravando a situação do “ambiente de negócios” dos principais credores internacionais. Tendo em vista que:

A insolvência dos devedores ameaçava diretamente a dos bancos privados internacionais, aos quais havia sido confiada sem supervisão pelos respectivos governos a missão de reciclar os petrodólares. Os países desenvolvidos emprestadores se haviam deixado levar pela crença no poder de auto-regulação do mercado internacional de moedas, que operava com volumes muito superiores aos fluxos oficiais de crédito, governamentais e multilaterais. (BATISTA,1994, p.)

Os problemas macroeconômicos dos países subdesenvolvidos pelo qual perpassam a segunda metade da década de 1970 condenam a década de 1980 à armadilha do déficit excessivo crônico, ambiente inflacionário, baixo poder de compras dos salários.

Esse problema, reflexo do comportamento cíclico do capitalismo que abalou o mundo - principalmente as economias periféricas - é visto por Carcanholo (2008), não somente como um estopim da crise energética do petróleo. Mas também, efeito de uma crise de superacumulação, isto é grande produção de capital incapaz de obter os mesmos níveis de lucros. Dessa forma

Uma análise mais apressada poderia pensar que o primeiro sinal da crise nos anos 1970 ocorre com a elevação do preço do petróleo, entre outubro de 1973 e janeiro de 1974. Nesse período, o preço do petróleo mais do que triplica, passando de US\$ 3,5 por barril de petróleo bruto para US\$ 11,65 por barril. A economia mundial, entretanto, já dá o sinal da reversão cíclica antes disso. Ainda que o biênio 1974-1975 seja claramente o momento culminante da crise, em que as economias passam a apresentar inclusive taxas negativas de crescimento,⁵ é de se destacar que Estados Unidos, em 1970 (-0,1% de taxa de crescimento), e Alemanha Ocidental, em 1971 (3,2% de crescimento, em face de 6% do ano anterior), já mostravam fortes retrações econômicas. (CARCANHOLO, 2008, p.250)

⁹ FEDERAL RESERV BOARD – O banco central americano, representa o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos

Destarte, a recuperação da acumulação e da lucratividade dos capitais empregados, dependiam, em larga escala, do ajustamento dos países periféricos que já vinham se endividando desde a década de 1960, no mercado de eurodólares.

Santos (2000), exemplifica que esse movimento de recuperação do capitalismo em escala mundial foi marcado por uma ofensiva liberal na década de 1980, que tinham como ataque o pagamento do endividamento externo. Assim mediante diretrizes do FMI e o Banco Mundial, as economias dos países subdesenvolvidos acabavam reforçando o endividamento mediante os reescalamentos frequentes.

No campo do debate econômico, surgiu então uma ideologia baseada na aplicação irrestrita de regras do monetarismo¹⁰ e no livre mercado, que se aprofundou no campo político. Assim várias políticas foram expressamente adotadas com mais força nos países da América Latina e tiveram como principal aspecto o apoio do Estado na desregulamentação de setores estratégicos da economia brasileira.

Embora, tal fase do capitalismo não tenha explicitamente um conjunto de regras para cada região do planeta, cabe salientarmos que, no mundo, surge como resposta a uma tentativa de revitalização da economia em âmbito mundial no fim da década de 1970 - tendo como principal pilar - os Estados nacionais dando suporte na desregulamentação dos mercados, mas principalmente da financeirização e mercantilização de quase todo o processo econômico dos países em geral. Duménil e Lévy (2007, p.2) e destacam que:

Para compreender a natureza do neoliberalismo, é importante relembrar as características mais relevantes da fase anterior. O poder e a renda da classe capitalista foram diminuídos depois da Grande Depressão e da II Guerra Mundial. Durante o compromisso keynesiano ou social-democrata (entre a guerra e os anos 1970), os quadros administrativos (gerentes) das grandes sociedades sociedade por ações (na gestão das suas empresas) e os empregados públicos superiores (na definição das políticas) desenvolveram comportamentos mais autônomos, nos quais o poder e os privilégios da classe capitalista se encontraram consideravelmente reduzidos, ainda que não radicalmente apagados.

No mundo, com o Neoliberalismo inaugura-se uma nova fase do capitalismo, amparado na suposta falência do estado de bem-estar social, até então amparado nas políticas keynesianas, que influenciaram o mundo na condução do pós-

¹⁰ Maior representante dessa fase do monetarismo moderno – Milton Friedman foi um dos influenciadores das políticas macroeconômicas, ditadas aos países periféricos.

guerra. Teve como aspecto principal a culminância no campo econômico, do monetarismo combinado com o liberalismo dos preços, portanto dos mercados. Tais movimentos, culminam com aplicação de tais medidas na era de M. Tacher e Ronald Reagan (ANDERSON, 1995). Porém, cabe salientar que tais transformações foram mais fortemente sentidas nos países periféricos, visto que, havia toda uma nova lógica centrada na dominação, onde agora o Estado se subverteria, ainda com mais força como agente propulsor e garantidor do neoliberalismo.

Embora saibamos do contexto da Guerra Fria¹¹, no qual muitos países da América Latina foram largamente utilizados como satélites pelos EUA, não se deve negar a existência, já no final da década de 1960 e durante toda a década de 1970, de organismos multilaterais que no auge da dívida e fragilidade econômica desses países adentraram com doutrinas ditas estabilizadoras como condição *sine qua non* para os empréstimos e segurança dos credores. Tais garantias foram um dos pilares centralizadores das influências neoliberais nas economias subdesenvolvidas, pois havia uma dependência em larga escala desses países, já que a pauta de exportação destes constituíam-se basicamente de produtos primários e acabavam se endividando para saldar seu balanço de pagamento.

Por outro lado, havia a “estratégia da dívida”, como afirma Batista (1994), que acabou transformando os países latino americanos em exportadores líquidos de capital, tendo em vista a soma gigantesca de recursos que acabaram sendo transferidos durante toda a década de 1980 e que continuaria na década de 1990. Tal estratégia tinha como instituição balizadores de regras o FMI, que entrava como um reformador estratégico para retomada e garantia do “ambiente de negócios”. “Ao ser instrumentada sob a supervisão do FMI, a estratégia da dívida desejada pelos credores permitiria que o organismo encontrasse uma nova missão, recuperando uma parcela do prestígio que havia perdido” (BATISTA, 1994, p.14).

Durante toda a primeira metade da década de 1980, o Brasil resistiu aos percalços da dívida externa e interna. A reintrodução dos governos democráticos –

¹¹ Guerra Fria – conflito entre EUA e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) – Segundo Vizentini (1992), havia um clima de histeria que perpassou propagandeada durante a segunda metade do século XX, na qual se pregava o medo da invasão socialista no mundo. Havia, nesse sentido, uma racionalidade de domínio político e econômico, principalmente sobre a periferia subdesenvolvida.

com José Sarney¹² representando essa nova fase política brasileira – as resistências acerca diante das pressões dos organismos multilaterais começam a ser erodidas.

Os organismos multilaterais, obtiveram êxito ao empreender políticas no governo Sarney, que acabou cedendo no que concerne a direitos e patentes industriais. Essa diretriz vinha diretamente do GATT - *General Agreement on Tariffs and trade*, e solapou a reserva de mercado da indústria que tinha algum nível de capacidade tecnológica.

Com relação à dívida externa dos países, coube ao Federal Reserve, FMI e o Banco Mundial, além do comitê dos bancos privados internacionais, fazer políticas de “auxílios” como parte de acordos condicionados à ajustes e reformas estruturais. Dois planos foram implementados diretamente pelos Estados Unidos, o Plano Baker em 1985 - que tinha como alusão o nome do secretário americano James Baker III – e o Plano Brady. O Plano Baker consistia em

Troca de descontos no preço de face dos títulos da dívida externa, os países devedores deveriam se submeter às políticas de ajuste estrutural e macroeconômicas “consistentes” para promover o crescimento. Estas tinham por base o ajuste no balanço de pagamentos e o combate à inflação. Para tanto, deveriam adotar políticas internas austeras, incentivar a iniciativa privada, diminuir o déficit público por intermédio de reforma tributária e adotar medidas para a atração de investimentos estrangeiros. Por fim, preconizava ainda a abertura comercial e a supressão de subsídios às exportações. (MATTOS, 2015, p.6)

Este plano não fora seguido pelos países devedores. O Brasil, optou nesse caso, por uma linha alternativa “tanto com a moratória sob a gestão Funaro como pela proposta de “deságio” de Bresser Pereira, em 1987” (MATTOS, 2015, p.6)

O Plano Brady em 1989 foi mais emblemático por suas diretrizes terem sido aceitas pela maioria dos países devedores, que embora não tenha sido muito diferente do plano anterior, acabou por ser mais marcante pela proposta de redução em 20% do estoque da dívida e o escalonamento das dívidas.

Os principais objetivos do Plano Brady foram:

(a) para pleitear uma redução da dívida os países deveriam se submeter ao acompanhamento do FMI e do Banco Mundial na adoção de políticas orientadas para o crescimento. Para tanto, deveria ser encorajado o fluxo de investimentos externos, fortalecer a poupança interna e promover o retorno de capitais nacionais depositados no exterior; (b) os países que se submetessem ao programa só reduziriam suas dívidas por meio de mecanismos voluntários baseados no mercado. Para tanto, deveriam manter

¹² 31º Presidente do Brasil entre o período de 1985 a 1990.

programas viáveis de conversão de dívida, permitindo que investidores internos participassem dessas transações, de forma a estimular o repatriamento de capitais depositados no exterior; (c) O FMI e o Banco Mundial proporcionariam apoio financeiro para a conversão de empréstimos bancários em novos títulos, com redução do principal e das taxas de juros para recompra dos débitos; (d) Os bancos comerciais proporcionariam dinheiro novo na forma de créditos comerciais e empréstimos para projetos; e (e) Os governos credores reestruturariam suas demandas mediante o Clube de Paris e proporcionariam suporte financeiro adicional para os devedores que aderissem ao Plano Brady. Além disso, deveriam suprimir qualquer entrave burocrático para a regulamentação da redução das dívidas. (MATTOS, 2015 p.7)

O Plano Brady obteve maiores resultados em relação aos países credores. Além disso juntamente com o Consenso de Washington, a partir de 1989, as diretrizes de reformas estruturais foram reforçadas e aplicadas.

Esse processo levou a submissão dos países latino-americanos ao modelo de políticas macroeconômicas adotadas “nos países periféricos, contudo, estas teorias serviram de pano de fundo para as políticas de ajuste econômico e o Consenso de Washington¹³ praticados pelo Banco Mundial e pelo FMI” (SANTOS, 1999, p.136).

As diretrizes do Consenso de Washington iam de encontro a “alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento brasileiro e da política econômica externa que lhe dava apoio” (BATISTA, 1994, p.41). Mas vale ressaltar que no final da década de 1980, o Brasil não foi abrindo mão dos seus projetos iniciados na área tecnológica que obtiveram algum êxito em décadas passadas. Abre-se espaço para a inserção a financeirização da economia brasileira e reestruturação do comércio exterior.

Mas é na figura do então Fernando Collor de Mello¹⁴, que vai se dar a maior abertura aos objetivos do neoliberalismo. Dessa forma, a principal diretriz a ser seguida estará muito alinhada com o Consenso de Washington e seus postulados, que passariam a ser aprofundados no Brasil. O Brasil, durante esse período, fez acordos bilaterais com o objetivo de revisar todas as leis de propriedade industrial brasileira. Além disso, aprofunda-se um regime de liberalização de importações. (BATISTA, 1994, p.42)

¹³ Consenso de Washington – Termo cunhado pelo economista John Williamson- conselheiro do FMI para a rodada de conferencias acerca das diretrizes que influenciaram as políticas de ajustes – pode ser resumida em: ajuste fiscal, reforma tributária, taxas de juros determinadas pelo mercado, comércio liberalizado e voltado ao exterior, privatização de empresas públicas, e desregulamentação das atividades comerciais e financeiras e ainda mais garantia de propriedade. (BATISTA, 1994, p.10).

¹⁴ 32º Presidente do Brasil entre o período de 1990 a 1992.

Os principais problemas enfrentados no ano do Governo Collor foram eram devidos à crise da dívida externa, crise fiscal e da inflação. Durante esse período, dois planos foram lançados na tentativa de debelar a crise fiscal e a inflação, que estava em níveis críticos. O primeiro deles foi o Plano Collor 1, as principais medidas consistiam em congelamento dos salários, eliminação dos subsídios e incentivos fiscais, indexação de impostos sobre renda e produtos industrializados, liberalização do câmbio e abertura econômica e reforma administrativa, abertura. Tais políticas não obtiveram êxito, principalmente no seu objetivo principal de fazer baixar a inflação que voltou a persistir. O Plano Collor 2 lançado em 1991 teve direcionamento novamente ao problema inflacionário, e focou no congelamento de preços da negociação das taxas de juros dos títulos públicos, porém foi menos abrangente e de menos impacto que o primeiro plano.

Porém, a principal reforma econômica iniciada no governo de Fernando Collor e que impactou diretamente como alinhamento às políticas neoliberais foi a liberalização e abertura econômica. Genari (2001) afirma que o maneira mais radical de abertura econômica tinha sido dado no Governo Collor, reflexo da política de redução tarifária das importações.

A lógica neoliberal continuou mais intensivamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que venceu as eleições de 1994 e se elegeu o trigésimo quarto presidente do Brasil. Sua vitória se deu devido ao relativo sucesso de estabilização monetária do Plano Real, enquanto ministro do transitório governo do presidente Itamar Franco¹⁵.

Cabe salientar que foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso se intensificou ainda mais o processo de liberalização e privatização¹⁶, nesse período a política governamental ficou subordinada aos ingressos de capital financeiro internacional, montantes crescentes de capitais estrangeiros e alargamento do passivo externo. Esse aspecto estrutural estava ligado diretamente ao aumento substanciais dos investimentos externos diretos, que aumentaram a conta de capital aquisição das empresas públicas e privadas e do setor de serviços. Além desse fator, vigorou aumentos sucessivos dos *déficits* na balança comercial brasileira.

¹⁵ 33º Presidente da República do Brasil, assumiu após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo.

¹⁶ Dentre as principais foram a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e do setor de telecomunicações, a Telebrás.

A substituição estrutural do chamado tripé de financiamento da acumulação (base do chamado nacional-desenvolvimentismo) por um outro tipo de configuração estrutural agora baseado fundamentalmente e quase que exclusivamente no capital financeiro internacional, cria novas e mais profundas formas de subordinação, com uma substancial redução das margens de liberdade decisórias tanto no que tange à elaboração da política econômica (conjuntura), quanto no que se refere às políticas de fomento e desenvolvimento de mais amplo fôlego (reformas estruturais e planejamento do desenvolvimento). Ou seja, a perda de autonomia e de poder decisório por parte do Estado Nacional é uma opção política e não uma derivação mecânica e irreduzível das mudanças nas estruturas do modo de produção capitalista em seu processo de globalização (GENNARI, 2001, p.42)

Assim, inaugurava-se um novo padrão de acumulação ou uma nova estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido a política externa brasileira nos anos 1990 caracterizou-se pela aplicação de uma agenda neoliberal suplantando as formas de acumulação preexistentes desde (pelo menos) os anos cinquenta (principalmente o padrão que se configurou no período do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek), que era baseado fundamentalmente no chamado tripé de acumulação de capital (capital nacional, fundo público, capital estrangeiro). (GENNARI, 2001)

Finalmente, o padrão de acumulação do período de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, focou na importância da reforma monetária e uma rápida e ainda mais completa abertura econômica em vista das privatizações e dos investimentos externos diretos, no âmbito macroeconômico causou uma grande desnacionalização da economia. Ademais, a desregulamentação financeira e as privatizações de empresas estatais foram umas das principais fontes de financiamento macroeconômico e o viés de sustentação da estabilidade monetária, ainda que temporariamente. (GENNARI, 2001)

4. “NOVO DESENVOLVIMENTISMO” E DEPENDÊNCIA: EXPRESSÕES NAS POLÍTICAS DE APOIO À EXPORTAÇÃO DE BENS PRIMÁRIOS DE 2003 A 2016

O nacional-desenvolvimentismo surgiu na década de 1930, como uma tentativa de industrialização forçada por parte do estado brasileiro, mas que ainda estava ligada fortemente à geração de divisas por exportações de produtos intensivos em recursos naturais. Do período que compreende o governo de Getúlio Vargas até o governo dos militares (1964-1985), essa principal fonte de recursos jamais esteve longe de ser a principal fonte de geração de receitas via exportação. Em meados da década de 1970 esse modelo entra em crise, devido a insuficiência de fazer frente a as elevadas dívidas dos países subdesenvolvidos, principalmente os importadores de petróleo nesse período, que lutavam para pagar os elevados juros das suas dívidas externas.

Dessa forma a economia brasileira passa pela década de 1980 com crescimentos pífios, visto que o modelo de financiamento via investimento estatal e financiamento externo entrou em crise. Assim, devido a elevada vulnerabilidade econômica dos países subdesenvolvidos devido às dívidas com os credores que vinha sendo reescaladas desde a década de 1970. Foi um campo propício para um realinhamento de políticas neoliberais que ajustassem essas economias à política do mercado financeiro. (BATISTA, 1994)

Entretanto o neoliberalismo foi mais intensivo na década de 1990, quando os principais governos desse período, se reajustaram às reformas de liberalização da economia. A transição de governo com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva até então representaria em parte, uma ruptura com esse modelo neoliberal, no entanto, de certa maneira, as políticas macroeconômicas foram herdadas e o pretense novo “novo-desenvolvimentismo” ficou dependente do novo ciclo de crescimento econômico mundial (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

Dessa forma, neste capítulo são analisados fatores fundamentais para o aprofundamento da dependência econômica brasileira e as políticas relacionadas ao chamado “novo desenvolvimentismo”. Assim, destaca-se num primeiro ponto como o gigantismo econômico chinês na primeira década do século XXI transformou a dinâmica econômica mundial. Como a industrialização do país asiático atuou como um duplo polo, recentralizando a economia asiática e mundial e teve um significativo impacto na economia brasileira, alargando a dependência.

Num segundo ponto, analisa-se como essas continuidades expressas em políticas liberalizantes de elevação do grau de abertura econômica em 1990, embora tenham coincidido com um processo de crescimento da economia mundial, acabou levando a economia brasileira a uma espiral de especialização retrógrada em *commodities*, elevando sua vulnerabilidade estrutural.

4.1 Transformações na economia chinesa e aumento na demanda mundial por bens primários

A China passou por uma mudança institucional que está vinculada ao seu projeto desenvolvimentista, que pode ser dividido em duas etapas: uma que se inicia em 1949 e vai até 1978, em que o padrão econômico se subordina principalmente à centralização do Estado. E uma segunda etapa que vinha desde 1978 até os dias atuais, que mudou de uma economia centralizada para abertura gradual de sua economia, transformando-se numa economia de mercado. (MEDEIROS, 2013)

Além da mudança institucional, a partir de 1978, a economia chinesa engendrou um novo padrão de acumulação que se deu ao longo da década de 1980, caracterizado pela elevação substancial da indústria leve de consumo, e, a partir da década de 1990, alavancando as exportações e a industrialização pesada - que teve como um dos agregadores - a incorporação do excedente populacional na urbanização das grandes cidades chinesas, umas das razões do aumento de demanda chinês (MEDEIROS, 2013).

Na transição do século XX para o XXI, um dos principais assuntos que vinham sendo discutidos, era a inserção chinesa no mercado mundial como grande potência em ascensão. Nesse mesmo período outros países do leste e sudeste (Associação Nacional do Sudeste Asiático - ASEAN e Tigres Asiáticos), por exemplo, vinham se recuperando da crise financeira que solapou suas economias na segunda metade de 1990, inclusive o Japão pelo qual vinha passando por um processo de liberalização financeira. Para este, inclusive, há avaliações (FRAGA; STRACHMAN, 2013) de que o mesmo passara por uma “década perdida”, e de que essa teria sido reflexo das políticas creditícias empreendidas desde a década de 1990 e do seu auge econômico enquanto potência regional asiática. (MEDEIROS, 2006)

A desvalorização da moeda japonesa, o *yen*, “em relação ao dólar a partir de 1995 (cerca de 30% no período 1996-98) e a contração abrupta dos IED –

Investimentos Externos Diretos japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados (principalmente os EUA) tiveram forte impacto na dinâmica regional” (MEDEIROS, 2006, p.381). Os países asiáticos tiveram suas moedas valorizadas frente ao *yen*, já que a maioria delas eram vinculadas cambialmente ao dólar. Com exceção da moeda chinesa que vinha sofrendo desvalorização desde a década de 1994, e com isso, a China acabou deslocando alguns produtores asiáticos do mercado americano e suas exportações passaram a contar com uma participação expressiva dos EUA. Segundo Medeiros (2006, p.382):

O declínio das importações japonesas e dos fluxos de IDE voltados para os países da ASEAN ao lado da abertura e desregulação financeiras posta em prática em muitos países no início dos anos 90, mudou a estrutura do financiamento externo asiático com forte expansão dos capitais de curto prazo.

Quanto aos fluxos de IED, esses se deslocaram dos outros países asiáticos em direção à China contribuindo para o *catching up* tecnológico, a partir das cópias dos modelos de produção asiático (japonês). Esse fato elevou sua independência tecnológica, diversificou a exportação e elevou sua produtividade. Esse fato é destacado pelo pelos estudos do IEDI (2011):

A China também não é mais um país majoritariamente produtor e exportador de produtos industriais de baixa tecnologia e/ou qualidade. Seguindo os passos de outros países asiáticos no processo de catch-up, a China avançou rapidamente na cadeia de valor. Na última década, esse país elevou sua participação no valor agregado mundial nos setores industriais de alta tecnologia, alcançando 14% do total mundial em 2007, atrás apenas dos Estados Unidos. Com uma taxa anual média de crescimento da ordem de 28% no período 2000-09, as exportações chinesas de alta tecnologia saltaram de 18,5% em 2000 para 31% das exportações industriais totais em 2009 (IEDI, 2011, p.2).

Além desses fatos, houve expansão na demanda de pessoal qualificado para atender o avanço industrial chinês, principalmente em investimentos em capital humano, na ascendente formação de PhD's, principalmente nas áreas de engenharias.

Na primeira década do século XXI a economia chinesa passou a despontar na região asiática e em pouco mais de uma década verificou-se um salto em sua participação no mercado mundial em muitos setores da economia. Essa situação fez com que aumentasse substancialmente o consumo em termos absolutos de diversas

fontes de energia. “A China respondia por 10% da demanda mundial de energia e era praticamente autossuficiente em sua demanda por petróleo, carvão e gás. Em 2007, sua demanda por energia era 50% superior, e sua dependência energética aumentou de forma substancial” (MEDEIROS, 2013, p.442)

Por outro lado, esse quadro levou a China a potencializar sua demanda para suprir suas bases agricultáveis incipientes para fazer frente ao forte estímulo de crescimento de sua economia, o que, em outras palavras, a transformaram em um grande importador de *commodities* agrícolas, pois a estrutura do setor agrícola, mesmo tendo aumentado a produtividade, não conseguiu atender o aumento da demanda. Isso se refletiu, por exemplo, no PIB do país, na medida em que a participação relativa da parcela da agricultura declinou, em comparação ao avanço industrial.

Na tabela 1, observa-se um declínio da parcela da agricultura no PIB. Por outro lado, a indústria chegou a quase metade de sua estrutura.

Tabela 1 - Estrutura do PIB chinês, 1952-2006

	1952	1978	1995	2000	2006
Agricultura	58,6	33,7	23,2	15	12
Industria	9,9	34,7	41,1	46	48
Serviços	31,5	31,5	35,7	39	40
PIB	100	100	100	100	100

Fonte: UNCTAD, MEDEIROS (2013). Elaboração do autor

O fator crescimento econômico da China está estreitamente relacionado com o deslocamento do duplo polo econômico que ela exerceu na economia mundial na virada do milênio. De um lado deslocou o mercado dos produtores de tecnologia de Informação. Após a bolha do milênio 2000/2001, no qual boa parte do mercado tecnologia da informação era voltado para os EUA, houve o deslocamento desses setores em direção a China, deslocando produtores asiáticos nesse setor. Além disso alicerçado num grande esforço de investimentos públicos, reflexo de sua política anticíclica do final da década que já vinha sendo aplicada desde o final da década de 1990. Tornando-se assim o polo de desenvolvimento asiático. Dessa forma “a China,

que se firmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão, transformou-se simultaneamente, num exportador líquido para a Ásia” (MEDEIROS, 2013, p.382)

Além disso, a partir de 2002 verificou-se uma tendência de elevação de preços internacionais de algumas *commodities*. Vários fatores contribuíram no contexto dessa elevação de preços, embora a China e seu crescimento econômico tenha sido o principal fator desse aumento da demanda por bens primários agrícolas e metálicos. Mas as condições dadas do ponto de vista macroeconômico foram globais. Assim quebras de safra decorrente de alguns choques de oferta, ocasionadas pelo fenômeno *El Nino* em 2002 e da estiagem que fez que o choque perdurasse em 2003 e posteriormente em 2005. (PRATES, 2007)

A demanda mundial, portanto, foi puxada exponencialmente pelo crescimento da economia Chinesa, que a partir do crescimento e expansão urbana aumentou a importação tanto minerais metálicos para construção civil e soja. Esse ciclo da economia mundial - elevado basicamente pela economia chinesa - fez com que o Brasil entrasse na rota como um dos principais exportadores de soja para o país asiático. Nessa fase o Brasil, embora com a pauta mais diversificada, tendeu a concentrar-se em dois produtos: soja e minério de ferro. Essa situação foi decisiva para o país se tornar mais dependente das divisas de exportação de bens primários. Por outro lado, essa situação foi compatibilizada com o projeto político dito “novo desenvolvimentista” a partir de 2003, conforme procuramos destacar no tópico seguinte.

4.2 Continuidades das políticas neoliberais e dependência no “novo desenvolvimentismo”

Nas décadas de 1950 e 1960, as ideias desenvolvimentistas e keynesianas dominavam as políticas econômicas para os países da América Latina. Nesse contexto, consolidou-se um pretense nacional-desenvolvimentismo, que resultou em mais investimentos na industrialização.

Referido, modelo, entretanto, começou a entrar em decadência a partir de meados da década de 1970. Os choques do petróleo (1973 e 1979), a elevação da taxa de juros pelo Federal Reserve – FED, para conter a inflação nos Estados Unidos, acabaram refletindo de forma incisiva no padrão de acumulação dos países

periféricos, pautado nas exportações de bens primários e na substituição de importações.

A partir dos anos 1980, a crise da dívida externa dos países periféricos reforçou o poder político e financeiro das nações centrais, que acabaram definindo as políticas neoliberais, das quais muitas foram expressas no Consenso de Washington, que tinham como aspecto principal a aplicação da “ortodoxia convencional”, como estratégia de dominação dos países periféricos (BRESSER-PEREIRA, 2010)

Foi a partir disso que as políticas neoliberais, começaram a tomar conta, dos modelos de gestão dos Estados. Os resquícios dos Estados Nacionais, foram sendo progressivamente suplantados pelo rearranjo da hegemonia financeira que impôs seu poder paraestatal, mas sob a proteção de um Estado forte (DUMENYL; LEVY, 2005)

Sob a égide dessa ortodoxia, a dominação globalizante baseada no ideal neoliberal passou a predominar nos anos 1990 por meio de políticas que incluíam mudanças nos mercados de fatores de produção de trabalho, de bens e de capitais.

No Brasil, apesar do início da ampliação da abertura externa ter iniciado em 1990, foi somente a partir de 1995 que se intensificaram as políticas neoliberais. Manifestaram-se por meio de desestatização das empresas e entrada de empresas transnacionais, completando o ciclo das privatizações com a desnacionalização de alguns setores até então considerados estratégicos

Segundo relatório da UNCTAD (2003), as políticas macroeconômicas e de comércio exterior adotadas no Brasil durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 intensificaram a vulnerabilidade externa brasileira, com tendência a deterioração dos termos de intercâmbio. Embora, aparentemente, a partir de 2003 tenha se verificado uma tendência de ruptura no campo socioeconômico.

Baseado na concepção de um pretense “novo desenvolvimentismo”, o Partido dos Trabalhadores- PT, lançava-se como base para ruptura do processo neoliberal e retomada de projeto de desenvolvimento. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013). Segundo o novo governo, esse seria um “novo desenvolvimentismo” pois pregava não só a ruptura do modelo anterior no campo economia, mas por também dar mais atenção às questões sociais.

O ideal “novo-desenvolvimentista” caracteriza-se segundo Oliva (2010) como uma ruptura do modelo neoliberal anterior que era mais voltado para a lógica do crescimento econômico e dos “mercados” e que aprofundou estruturalmente os

problemas sociais. Em contraste, o “novo desenvolvimentismo” caracterizaria por um desenvolvimento sustentado, em que retomaria o protagonismo do Estado nos investimentos em infraestrutura, educação e da competitividade industrial, sem deixar de dar atenção a elevada vulnerabilidade social existente.

Todavia, já em 2003 o Governo Lula deixou claras as continuidades nas políticas da gestão anterior, metas de inflação, ajuste fiscal e câmbio flutuante. Embora, tenha se beneficiado de uma larga redução das restrições externas, o que favoreceu uma relativa estabilidade macroeconômica. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007)

No intento de garantir o padrão de governabilidade, de manutenção do padrão de desregulamentação que tem no grande capital e nos investidores sua principal preocupação, tentou-se garantir a “saúde” do modelo adotado anteriormente com foco no comércio exterior e na elevação do grau de abertura em relação à exportação dos produtos primários. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007)

O processo de desindustrialização da economia nesse período é objeto de controvérsias entre os economistas e estudiosos que se debruçam acerca do assunto. De uma ótica (BRESSER-PEREIRA, 2010) acredita-se que a conjuntura favorável para a exportação das *commodities* causou a deficiência no dinamismo da indústria (estagnação). Por outra (PALMA, 2005; GONÇALVES, 2011), o Brasil se desindustrializou ao entrar novamente num ciclo da demanda externa por *commodities* sem aproveitar parte desse processo para elevar sua indústria de transformação.

Bresser-Pereira e Marconi (2009) alia o processo de desindustrialização a uma doença holandesa¹⁷ moderada, já que para ele apesar de ter ocorrido expansão no mercado interno no Brasil devido “devido às políticas distributivas do governo” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009, p.2) verificaram-se impactos em setores que investem em aplicação de alta ou média tecnologia, dada a sobreapreciação da taxa do câmbio mesmo com uma conta corrente equilibrada.

[...]os setores industriais que mais sofrem com a doença holandesa são os de mais elevado conteúdo tecnológico e, portanto, de maior valor adicionado per capita. São os setores que deveriam liderar o processo de

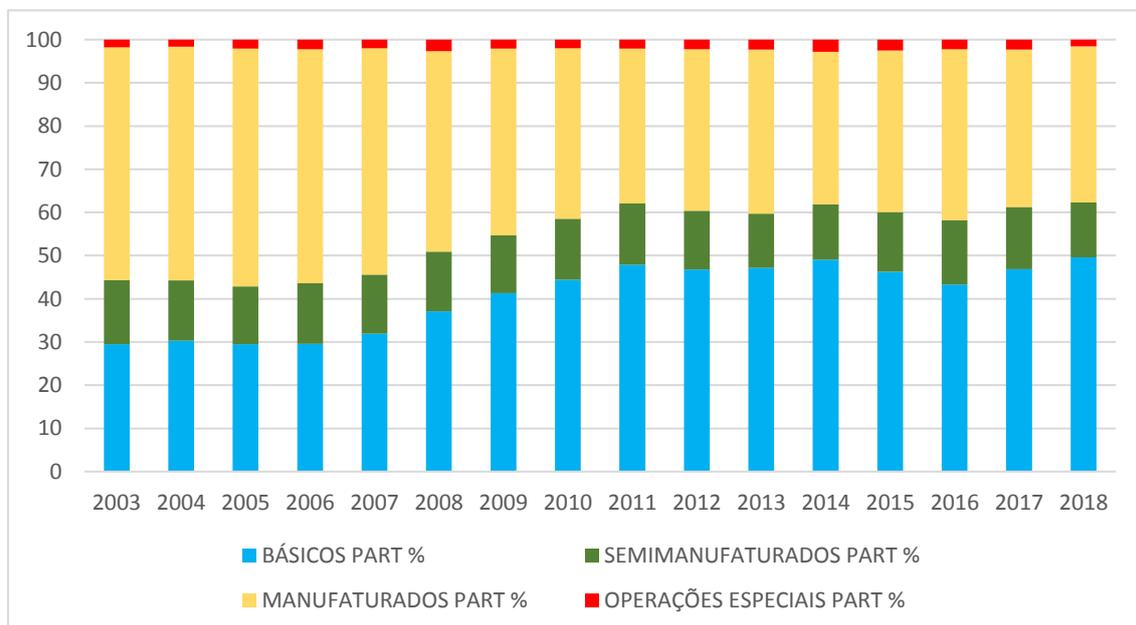
¹⁷ “A doença holandesa é um problema antigo, essencial para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, mas só foi identificada nos anos 1960, nos Países Baixos, onde a descoberta e exportação de gás natural apreciou a taxa de câmbio e ameaçou destruir toda a indústria manufatureira do país” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.1-2)

desenvolvimento econômico do país porque geram progresso técnico, retornos crescentes e externalidades positivas, mas são aqueles que estão ficando para trás (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009, p.2).

Oreiro e Feijó (2010) e IEDI (2016) convergem com as ideias de Bresser-Pereira e Marconi (2009) e avaliam que o processo de desindustrialização nos países subdesenvolvidos se associa ao movimento de reprimarização suas pautas exportações. Esse processo se aprofunda num movimento de reversão direcionando-se à produção de *commodities*, produtos de baixo incremento tecnológico e produtos básicos.

O gráfico 1 apresenta esse movimento representado no fator agregado da pauta exportadora brasileira, durante esse período. A inversão passa a se acentuar no ano de 2007, quando a variação dos produtos básicos vai de 32% a 37%, enquanto que com os produtos semimanufaturados não se observou variação. Os manufaturados começam a ter perda da participação relativa, variando de 52% para 46%, e no geral perde participação relativa para os produtos básicos.

Gráfico 1 - Composição da pauta exportadora brasileira por fator agregado - 2003 -2016

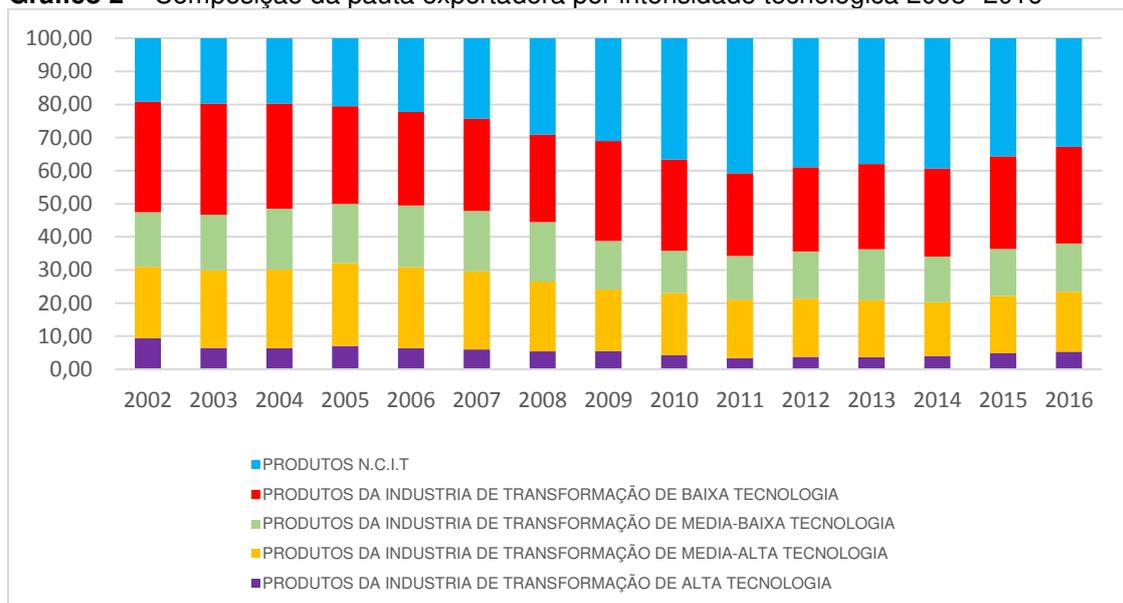


Fonte: MDIC-SECEX, 2018. Elaboração do autor

No geral, a análise que se faz do gráfico 1 é de que até 2003 ainda havia um certo equilíbrio na pauta exportadora. No entanto, os produtos básicos saem de sua participação relativa em 2003 de 29% para 50% em 2016 e os produtos manufaturados fazem o movimento inverso saindo de 54% para 36%.

. O gráfico 2 demonstra a composição da pauta exportadora quanto à sua intensidade tecnológica ao longo do tempo analisado. Nele estão compreendidos para análise os produtos não classificados quanto à sua intensidade tecnológica – NCIT (grãos, minérios, café e óleos brutos), produtos de baixa tecnologia (derivados da soja, derivados da cana e suco de laranja), produtos de média –baixa tecnologia (derivados de petróleo, biocombustíveis e metalurgia), produtos de média-alta tecnologia (químicos, veículos automotores, máquinas e equipamentos elétricos) e os de alta tecnologia (aeronaves, produtos eletrônicos e ópticos e equipamentos de informática). Ainda a partir do gráfico 2 observa-se a tendência da pauta exportadora para uma maior participação dos bens não classificados quanto à Intensidade tecnológica – NCIT, ou seja, os que são classificados quanto ao baixíssimo fator agregado, as *commodities* minerais e agrícolas, pois durante o processo não sofrem grandes transformações.

Gráfico 2 – Composição da pauta exportadora por intensidade tecnológica 2003 -2016



Fonte: MDIC-SECEX, 2018. Elaboração do autor

Ainda no gráfico 2, a partir de 2006 observa-se uma tendência do persistente aumento de exportação dos bens que não possuem nenhuma intensidade tecnológica - NCIT, levando inclusive à queda na exportação de outros bens principalmente dos de baixa intensidade tecnológica e os de média-alta intensidade tecnológica. Em termos, as exportações dos produtos NCIT tiveram aumento na sua participação na pauta exportadora durante o período de 2003 a 2016, saindo de 20%

em 2003 para 33% em 2016, representando uma 13%. Estes mesmos produtos chegaram a representar 41% em 2011 nas exportações. No geral, os produtos NCIT juntamente com os de transformação de baixa tecnologia somam mais 50% da pauta exportadora em todo o período analisado.

Gonçalves (2011) chama a atenção para esse processo, que debilita as bases da industrialização brasileira mudando o papel que a indústria tem como propulsora do desenvolvimento. Analisando a base da estrutura produtiva há nesse sentido um deslocamento da fronteira de produção que se direciona para os “produtos intensivos em recursos naturais. Este deslocamento ocorre, principalmente, na fase ascendente dos preços das *commodities* no mercado mundial” (GONÇALVES, 2011, p.2)

Dessa forma, segundo Gonçalves (2011) houve uma desindustrialização acompanhada de um processo de aumento na variação do coeficiente das importações, que reforça a tendência de desindustrialização. Um dos fatores que se diz aprofundar esse dilema é a liberalização comercial. Alguns desses problemas, podem ser analisados a partir da tabela 2.

Tabela 2 – Valor adicionado do PIB e coeficientes de Importação -2003 a 2016

Ano	Valor adicionado real índice				coeficientes (%)		
	PIB	Agropecuária	Mineração	Indústria de transformação	Alíquota média aplicada	Importações contribuição para o PIB	Coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação
2002	100	100,00	100	100,00	11,00	0,40	11,0
2003	101,14	113,30	104,7	107,41	10,76	0,10	10,9
2004	106,97	111,27	109,2	143,39	10,80	0,00	10,8
2005	110,39	94,77	109,2	111,61	10,40	-0,20	10,8
2006	114,77	94,87	119,3	107,15	9,53	-1,10	11,5
2007	121,73	104,46	124,3	111,42	9,58	-1,80	12,6
2008	127,93	116,86	133,7	111,14	9,85	-1,80	14,1
2009	127,77	117,03	132,3	98,20	9,63	-1,20	15,0
2010	137,39	119,42	153,0	120,70	9,86	-1,60	16,4
2011	142,85	133,06	162,4	106,35	10,08	-1,72	16,8
2012	145,60	133,33	161,2	99,60	9,96	-1,74	16,5
2013	149,97	150,31	173,4	105,18	9,54	-1,65	16,4
2014	150,73	147,06	168,0	100,57	--	-1,20	16,9
2015	145,38	139,73	171,1	102,66	--	-1,10	17,0
2016	140,35	152,16	172,6	109,82	--	-1,15	16,8

Fonte: IPEADATA, 2017; MDIC-Secex, 2018. Elaboração do autor

Segundo estudos do IEDI (2011b), houve redução da participação da indústria da transformação no PIB de 18% em 2002 para 16% em 2010. A taxa de crescimento anual do PIB variou entre 5% e 4,5% no período que compreende 2002

-2010. O valor adicionado da agropecuária nesse mesmo período tem taxa de crescimento em torno de 5%, a mineração 6% e a indústria de transformação apresenta sinuosidade nas suas taxas de crescimento, na média cresceu 4 %

Palma (2005) relatou que muitos dos países latinos de renda média haviam chegado ao processo de desindustrialização precoce não por conta de descoberta dos vastos recursos naturais ou por conta da ampliação da exportação dos serviços, mas devido ao regime de política econômica engendrado pelos países. Segundo o autor:

Basicamente, ela resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional, o que levou a uma acentuada reversão da sua pauta prévia (estatizada) de industrialização por substituição de importações (ISI). (PALMA, 2005, p.19)

Rowthorn e Ramasaway (1999) entendem que o processo de desindustrialização pode ser compreendido a partir da redução persistente da participação industrial no emprego total de um país ou região. Além disso, como já foi demonstrado na tabela 2, pode-se afirmar que “o conceito “clássico” de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente” (TREGENNA apud OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.02)

No caso brasileiro fala-se em desindustrialização precoce, já que a maioria dos países que passaram por esse processo, dentre eles, os desenvolvidos tinham renda per capita superior a brasileira quando começaram a declinar sua indústria de transformação.

Um dos principais problemas da desindustrialização precoce é que o país passa a inverter sua curva de produção em direção às *commodities* e elevar sua dependência em relação aos bens intensivos em capital e tecnologia. Dessa forma, o padrão de acumulação tende a se inverter em prol da exportação de bens primários, elevando o grau de reprimarização da economia. Em suma, esse fenômeno é ainda reforçado na medida em que o coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação aumenta, e as barreiras protecionistas diminuem.

No longo prazo, uma mudança estrutural pode ocasionar um retrocesso na industrialização e elevar a propensão à especialização de bens primários, que acaba por despotencializar a economia e deixá-la vulnerável, tornando-a refém da volatilidade dos preços e da demanda mundial dos bens primários.

Embora o problema da desindustrialização esteja associado à reprimarização da pauta exportadora brasileira e o país esteja dependente em termos de capacidade tecnológica ou estagnado no setor da indústria de transformação, acontece que isso se aprofunda somente à medida em que o setor intensivo em capital vai perdendo importância para a produção e exportação de *commodities*.

A indústria é tida, pelo desenvolvimentistas, como um setor da economia em que gera benefícios que se encadeiam, por gerar retornos crescentes de escala e por agregar fatores e a tendência em elevar sua produtividade a partir do desenvolvimento em P&D. Dessa forma, o setor da indústria de transformação “é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo”. (OREIRO; FEIJO, 2010, p.224). Nesse contexto, os impactos negativos causados pela desindustrialização aumentam a restrição externa no longo prazo ao diminuir o ritmo do progresso técnico.

A perda de capacidade do setor industrial brasileiro frente ao contexto internacional se intensificou nos Governos do PT, na medida em que não se obteve uma política de estrutura, mas sim de dependência do setor exportador de bens primários - como o agronegócio e a mineração. Soma-se a isso a ineficiência da infraestrutura no setor para atender possíveis encadeamentos da indústria de transformação.

No Brasil, além do sucesso de alguns setores industriais como o da aeronáutica, de certa forma o setor automobilístico e a indústria petrolífera, a desindustrialização se desenvolveu nos anos 1990 e acentuou-se nos anos 2000, com uma perda relativa de competitividade na indústria de transformação, a qual se juntam infraestruturas de transportes deficientes (estradas de ferro, instalações portuárias e aeroportuárias, estradas) e capacidade energética insuficiente. (SALAMA, 2016, p.131)

A deficitária indústria brasileira embora, tenha passado por transformações significativas, não conseguiu dar passos significativos para se autossustentar, perdendo espaço no cenário internacional. Persistindo o aprofundamento do hiato tecnológico e falta de *caching up* em setores que poderiam ter avançado em intensidade e capital.

O setor manufatureiro não conta com as vantagens comparativas que o setor de bem primários dispõe, e, nesse contexto, é imprescindível uma política que reestruture o setor industrial para que este possa gerar externalidades positivas, para que haja cada vez menos dependência do setor primário ou de setores industriais que reforcem concentração e desigualdade, como a maior parte da agroindústria.

Filgueiras (2012) designa esse processo como convergente para o “atual padrão de desenvolvimento brasileiro”, e que se aprofunda combinando em particular uma política macroeconômica equivocada que desarticula a produção industrial de manufaturas e ao mesmo tempo causa uma “especialização regressiva” que está ligada a reprimarização da pauta exportadora no longo prazo.

Nos governos Lula e Dilma como consequência de políticas macroeconômicas que levavam em consideração a flexibilização do tripé macroeconômico – metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, mas juntamente com o *boom* das *commodities* - que em parte coincide com o primeiro governo Lula em 2003 - teriam levado a taxas de crescimento do PIB, além do controle da inflação, aumento das reservas internacionais e redução da vulnerabilidade externa conjuntural. O que de certa forma permitiu aumento dos investimentos públicos e redução da relação dívida pública/PIB. (FILGUEIRAS, 2012).

No gráfico 3, nota-se a tendência de reversão da taxa de cambio que coincide com o primeiro governo Lula e que ao longo de todo o período de praticamente seu governo se mantém sobrevalorizada, fato esse associado ao *boom* da economia chinesa que ao pressionar das principais *commodities* internacionais, elevou o influxo de divisas ao país. Essa sobrevalorização passa a se reverter no governo Dilma coincidindo no contexto internacional com a desaceleração da economia chinesa, portanto queda no preço das *commodities*. Esse quadro, retrata nesse sentido um retorno a tendência de vulnerabilidade externa conjuntural – que embora estivessem com indicadores com tendência a melhora desde 1999, perpassando pelo governo Lula – na gestão Dilma começa a se tornar declinante.

A tendência de equilíbrio, que é expressa pela taxa de cambio para equiparar a competitividade brasileira se torna extremamente limitada no contexto internacional, visto que não há uma política industrial que diminua as bases dependentista da economia brasileira.

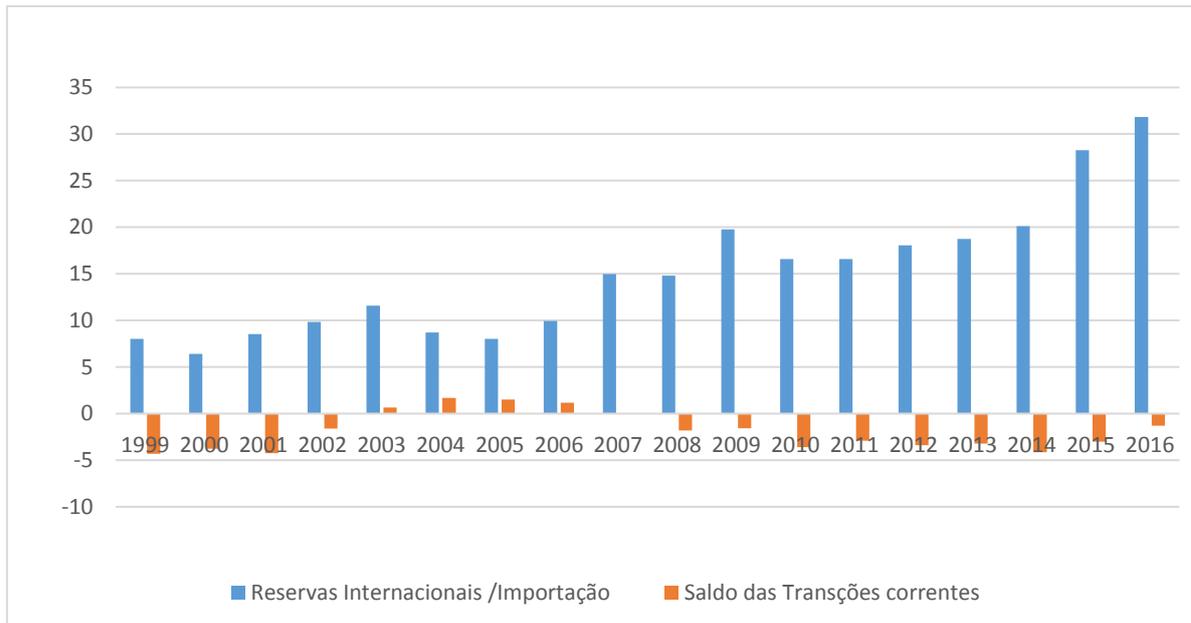
Gráfico 3 – Taxa de câmbio US\$/R\$



Fonte: (NOGUEIRA, 2017, p. 28)

Um dos principais pontos a serem compreendidos é o de saber até quando a economia pode ser sustentada com base nessa tendência de especialização retrógrada dos bens primários, ou seja, capaz de absorver choques externos fatores desestabilizadores. Em outras palavras, até que ponto a economia brasileira é vulnerável a fatores exógenos e endógenos, no curto prazo e no longo prazo. De outro modo, tem-se de um lado a Vulnerabilidade externa conjuntural é concebida como um fenômeno eminentemente de curto prazo e a vulnerabilidade externa estrutural um fenômeno de longo prazo, da qual as economias latino americanas sofrem a muitos anos.

Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007) a vulnerabilidade externa conjuntural é definida pelas opções de custo ao ajuste externo, depende positivamente da disponibilidade de opções e negativamente dos custos ao ajuste externo.

Gráfico 4 – Relação reservas internacionais/importação e saldo das transações correntes 1999 -2016

Fonte: SGST (2018), elaborado pelo autor.

O gráfico 4 demonstra, em parte, uma relação entre a capacidade de importar, mediante o acúmulo das reservas internacionais, e o saldo em transações correntes - que mostra relativa melhora a partir de 2003, mas volta a declinar a partir de 2010. Embora, as reservas internacionais façam frente as importações necessárias, esse quadro mostra em parte a relativa tendência à vulnerabilidade conjuntural brasileira, visto que, o saldo positivo da balança comercial, dependendo das exportações dos bens primários e do efeito das divisas proporcionadas pelo comércio exterior. Assim, a vulnerabilidade externa conjuntural, entendida como um fenômeno de curto prazo, se deteriorou no final do governo Lula e se aprofundou no governo Dilma.

Em relação as reservas internacionais, estas cresceram a partir de 1999, e tiveram um salto significativo de 2006 a 2016. Entretanto, embora as reservas tenham sua importância, existe um custo de carregamento atrelado a elas.

O crescimento das reservas internacionais respondeu, em grande medida, à conjuntura do sistema monetário e do sistema financeira internacionais, ao diferencial entre taxa de juro doméstica e taxa de juro internacional (prêmio de risco-Brasil ou spread) e às pressões ocasionais do setor exportador nos períodos de grande apreciação cambial. (GONÇALVES, 2013, p.21)

Dessa forma, a análise acerca da vulnerabilidade conjuntural é pertinente para entender os ciclos de crescimento da economia brasileira que tem relação direta

com o crescimento da economia mundial, que declina após a crise de 2008. Ademais, entre as esferas das relações econômicas (produtiva, tecnológica e financeira) é na esfera financeira que o Brasil possui maior vulnerabilidade externa. (GONÇALVES, 2012) O atrelamento estrutural da economia brasileira aos ciclos de crescimento mundial perpassa tanto pelo campo da esfera produtiva, quando financeira.

Gonçalves (2011) afirma que houve inversão do real sentido do desenvolvimentismo. Assim:

Durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007, p.2)

A questão central que deve ser levada em consideração, por ser um fenômeno de longo prazo que afeta as economias latino americanas, na qual o Brasil se insere, é a vulnerabilidade externa estrutural. Existe, nesse sentido, um elevado custo de ajuste externo aliado a uma capacidade incipiente de desenvolvimento econômico. (GONÇALVES, 2011)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios das teses desenvolvimentistas das décadas de 1950, uma das principais ideias para desenvolvimento das economias passava pela constituição de uma força motriz pautada na industrialização, ainda que fosse de modo tardio, ela seria necessária para no longo prazo lograr algum desenvolvimento mais equilibrado das economias. No caso brasileiro, as principais ideias iniciaram-se com a escola cepalina na década de 1950, que deu algumas orientações necessárias para as políticas praticadas na fase “nacional-desenvolvimentista”. A primeira ideia era a de que a substituição de importações era necessária para tornar a indústria local mais competitiva, na medida em que essa se estrutura em novas bases produtivas. Por outro lado as abordagens da dependência acreditavam que era justamente o modelo de comércio atrelado aos centros hegemônicos que reforçavam a dependência.

Não havia capacidade de um desenvolvimento autossustentado, pois a economia brasileira se sustentava por ciclos econômicos do comércio mundial, dependente demais do comércio externo. Durante as crises globais da década de 1970, as economias periféricas, principalmente as da América Latina entraram num ciclo financeiro ainda maior que demonstram uma extrema dependência da exportação dos bens primários para fazer frente às dívidas externas.

Na década de 1980, o endividamento levou com que muitas economias ficassem incapacitadas de pagar até os juros da dívida principal, devido aos reescalamentos feitos desde a década de 1970. Isto acabou levando com que muitas economias se vinculassem a planos de estabilização ao modelo que culminou num novo ciclo de liberalização econômica, tornando as economias dos países devedores ainda mais vulneráveis estruturalmente.

Além disso, durante a década de 1990, mediante o avanço das propostas neoliberais, a indústria brasileira começou a entrar em declínio, principalmente a indústria de transformação. Apostou-se nos influxos dos capitais externos com a abertura financeira, que pouco dinamizaram a indústria brasileira, já que foi principalmente decorrente das de estatais privatizações.

Assim, no pretense “novo-desenvolvimentismo” que teria como meta romper em certa medida a dependência brasileira dos capitais externos acabou

aproveitando e compactuando com algumas políticas neoliberais, principalmente as que davam apoio e se alinhavam com maior força na exportação de bens primários.

Portando, a principal conclusão é a de que embora o Brasil tenha melhorado conjuntamente durante o auge da gestão do governo do Partido dos Trabalhadores, cabe ressaltar que por outro lado aumentou a vulnerabilidade externa estrutural na medida em o processo de desindustrialização em produtos de intensidade tecnológica começaram a declinar, dando espaço ainda maior para especialização em *commodities*.

Dessa forma, acabou-se debilitando a capacidade de desenvolvimento econômico futuro que depende de uma reestruturação de suas bases produtivas com uma política industrial menos deficiente, e que vise se aprofundar no desenvolvimento de tecnologias de forma que possa gerar encadeamentos internos. Pois a economia brasileira e sua inserção no mercado externo ainda é profundamente marcada pelo modelo retrógrado dependente do agronegócio, que embora desenvolva tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, está longe de proporcionar avanços. Além disso, não cabe apenas desenvolver uma indústria voltada para o mercado externo, mas que seja capaz se voltar-se para um desenvolvimento endógeno e mais seja mais voltada para o mercado interno.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. **A economia brasileira 1930-1964**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia, 2010. Texto para discussão nº 585. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td585.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2019
- ALVIN-RAD, H; WILLUMSEN, M. D; WITTE, A. D. **Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, n.1, p.127-166, jan./abr. 1997. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116885>. Acessado em 10 de dezembro de 2018
- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BATISTA. Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino americanos**. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BIANCHI, Ana Maria. **As muitas travessias de Albert Hirschman**. Revista Economia Ensaio, Uberlândia (MG), 27 (2), p. 7-16, jan./Jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaio/article/view/26285/14345>. Acessado em: 07 de dezembro de 2018
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil**. (2010) – Versão em PDF. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.25.Desenv-subdesenvolvimento_Schwarcs-Botelho.15.pdf. Acessado em 28 de novembro de 2018
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NELSON, Marconi. **DOENÇA HOLANDESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO**. (2009). Valor Econômico. Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf. Acessado em 18 de dezembro de 2018
- CANO, WILSON. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 35, n. 3, p. 444-460, Sept. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000300444&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 08 jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977
- CARCANHOLO. Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf> Acessado em: 09 de janeiro de 2019

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Economia e Sociedade (UNICAMP), v.16, p.45-64, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642830/10382>. Acessado em: 15 de dezembro de 2018

DUARTE, P. H E.; GRACIOLLI, E. J. **A Teoria da Dependência**: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. Campinas: In: V Colóquio Marx e Engels, 2007

DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. **O neo-liberalismo sob a hegemonia norte-americana**, in: François Chesnay, A Finança Mundializada, São Paulo: Boitempo, 2005

DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. **Neoliberalismo: neo-imperialismo**. Econ. soc., Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000100001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 jan. 2019.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2006

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1975

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007

FILGUEIRAS, Luiz (2012). **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Relatório de Pesquisa do Centro Censo Furtado. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Filgueiras_padrao%20de%20desenvolvimento%20brasileiro_0.pdf Acessado em 09 de janeiro de 2019

FRAGA, Jefferson Souza; STRACHMAN, Eduardo. **Crise financeira: o caso japonês**. Nova econ., Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 521-554, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 12 de dezembro de 2018

FRANK, Gunder. **The Development of Underdevelopment**. Montly Review. Nova York. Vol. 18, No. 4: September 1966. Disponível em: https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3 Acessado em 20 dezembro de 2018

FRANK, Gunder. **América Latina: Subdesarrollo e revolucion**. México: Ediciones Era, 1973.

FRANK, Gunder. **Sobre el subdesarrollo capitalista**. Barcelona: Editora Anagrama, 1977

FRANK, Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação de capital e desenvolvimento econômico.** *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7-45, set. 1952. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2388> Acessado em 12 de janeiro de 2019

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GENNARI, Adilson. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil dos Anos 90.** 2001 Disponível em: <http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-neoliberalismo-abertura-econ%C3%B4mica-no-Brasil-anos-90.pdf> . Acesso em 12 de dezembro de 2018

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. v. 1

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas.** *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2018

GONCALVES, Reinaldo. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, Dec. 2012.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 08 de janeiro 2019

GONÇALVES, Reinaldo. **Balço crítico da economia nos governos do Partido dos Trabalhadores.** *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: n. 37, p. 7-39, janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/44/81> Acessado em dezembro de 2018

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado.** 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011

HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development.** New Haven: Yale University Press. 1958

IEDI. **A transformação da china em economia orientada à inovação.** 2011. Disponível : <https://www.joserobertoafonso.com.br/transformacao-da-china-iedi/> acessado em 09 de janeiro de 2019

IEDI. **Indústria e Política industrial no Brasil e em Outros Países**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, maio 2011. Disponível: <http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4e29efc37b032090.pdf>. Acessado em 19 de dezembro de 2018

IEDI. **Desindustrialização prematura e política industrial**. 2016. Carta IEDI nº 765. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_765.html. Acessado em 09 de janeiro de 2019

Ipeadata - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2017. **Dados macroeconômicos**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acessado em 10 de novembro de 2018

LEWIS, A.W. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 1969.

LICHTENSTEJN, Samuel; BAER, Monica. **Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – estratégias e políticas do poder financeiro**. Tradução: Nathan Giraldi. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

MADEIRA, Welbson do Vale. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia: rupturas e continuidades no corredor Açailândia – São Luís (MA)**. 2015. 233f Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina integração e dependência**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf> em. Acesso em 10 de janeiro de 2019

MATTEI, L.; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. **Industrialização e substituição de importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada**. Revista de Economia (Curitiba), v.35, p.91-113, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/17054>. Acessado em: 15 de dezembro de 2018

MATTOS. Caroline Lacerda. **O projeto de reforma liberal no governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas**. (2015) p.1-25. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternacionais/o-projeto-da-reforma_thais-caroline.pdf. Acessado em 12 de dezembro de 2018

MDIC-secex. **Estatísticas diversas**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acessado em 12 de dezembro de 2018

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 09 jan. 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa**. p. 435-489, 2013. In: Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. v.2. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/PDE_V2_Web_08082014_9603.pdf/24aaf2a0-5225-4eb9-adfe-8449d8be545e?version=1.3 Acessado em 12 de dezembro de 2018

MOFFIT, Michael. **O dinheiro do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984

NOGUEIRA, R. H. A.. **Desindustrialização abismo abaixo: dependência cambial e abandono das políticas de competitividade no Brasil**. In: Antônio Corrêa de Lacerda. (Org.). Desenvolvimento brasileiro em debate: Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (DEPE/PUC-SP). 1ed.São Paulo: Blucher, 2017, v. 1, p. 4-168. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/343/20477> Acessado em 12 de dezembro de 2018

NURKSE, R. **Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/2408/2539>. Acessado em: 06 de dezembro de 2018

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003 – 2010)**. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, junho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 jan. 2019

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio. **Democracia com desenvolvimento (1956-1961)**. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 171-195.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O Decênio que Mudou o Brasil**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Instituto Lula/Fundação Perseu Abramo, 2013

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de doença holandesa.** In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FIESP E IEDI, 2005, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: FIESP/IEDI, 2005. Disponível em: https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2019

PERROUX, François. **L’Economie Du XXe Siècle.** Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

PRATES, D. M. (2007). **A alta recente dos preços das commodities.** In: Revista de Economia Política, v. 27, n. 3, São Paulo, julho-setembro.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas.** Revista Brasileira de Economia p. 49-111. v. 3, n. 3.1949. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>. Acessado em 25 de novembro de 2018

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1974.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. **Growth, trade and de-industrialization.** IMF Staff Papers, v. 46, n. 1, 1999. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7d08/32cfac718dda5e7503a9117c9a26423d8a78.pdf> Acessado em 07 de dezembro de 2018

SALAMA, Pierre. **Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil** Argumentum, vol. 8, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 127-139 Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4755/475555262012.pdf> acessado em: 08 de dezembro de 2018

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanços e perspectivas.** (2000) - Versão em PDF. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1486375>. Acessado em 05 de dezembro

SANTOS, Theotônio dos. **O neoliberalismo como doutrina econômica.** Revista Econômica, v.1, n.1, Niterói, 1999, pp 119-151. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.1_N.1_Theotonio_dos_Santos.pdf Acessado em 06 de janeiro de 2019

SANTOS. Theotônio dos. **A estrutura da dependência.** REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 30, p. 5-18, outubro 2011. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/370468161/SANTOS-Theotonio-dos-A-estrutura-da-dependencia-pdf>. Acessado em: 08 de dezembro de 2018

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SGST – sistema gerenciador de séries temporais. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acessado em 08 de dezembro de 2018

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. *Cambridge Journal of Economics*, [s.l.] v. 33, 2009 Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/oup/cambje/v33y2009i3p433-466.html> Acessado em 09 de dezembro de 2018

VASCONCELLOS, D. V. **Pequenos apontamentos sobre a teoria de Andre Gunder Frank** In: XXIX Congresso Atlas Chile, 2013, Santiago. Anais Atlas 2013

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Da guerra fria à crise (1945-1992): as relações internacionais contemporâneas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

UNCTAD (2003). **Trade and Development Report. United Nations**: Geneva. Disponível em: https://unctad.org/en/Docs/tdr2003_en.pdf Acesso em 15 de janeiro de 2019